

Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

**A região Sudeste e a Doutrina de Segurança Nacional: uma
reinterpretação simbólica**

Leonardo Yoshiyassu Yang

Monografia apresentada para obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas

Piracicaba

2018

Leonardo Yoshiyassu Yang

A região Sudeste e a Doutrina de Segurança Nacional: uma reinterpretação simbólica

Orientadora:

Prof^a. Dra. **MARIA ELISA DE PAULA EDUARDO GARAVELLO**

Monografia apresentada como parte dos requisitos
para obtenção do título de:
Bacharel em Ciências Econômicas

Piracicaba

2018

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	7
RESUMEN	9
RIASSUNTO	11
LISTA DE FIGURAS	13
LISTA DE TABELAS	15
1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
3 METODOLOGIA.....	29
4 RESULTADOS	30
4.1 Análise dos dialetos.....	30
4.1.1 Considerações	39
4.2 Processo imigratório	40
4.2.1 São Paulo.....	47
4.2.2 Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina	51
4.2.3 Minas Gerais	52
4.2.4 Espírito Santo.....	53
4.2.5 Rio de Janeiro	54
4.2.6 Considerações	56
4.3 Contextualização sócio-econômica	59
4.3.1 PIBs estaduais	62
4.3.2 Censo industrial.....	64
4.3.3 Populações estaduais	66
4.3.4 Cor ou raça, segundo o IBGE e considerações	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73

REFERÊNCIAS	79
-------------------	----

RESUMO

A região Sudeste e a Doutrina de Segurança Nacional: uma reinterpretação simbólica

Partindo-se do questionamento em relação à divisão regional de 1969, em que houve o surgimento da região Sudeste e a inserção do estado de São Paulo nesta, quis-se entender tal processo inserido no contexto da ideologia da Segurança Nacional do regime militar (1964-85), período no qual o Estado intervém fortemente no âmbito cultural, moldando-o às suas diretrizes. Para tanto, realizou-se análises exploratórias sobre aspectos culturais, econômicos e sociais dos estados das regiões que interessam - Sudeste e Sul. O aspecto cultural foi explorado a partir dos dialetos da língua portuguesa e das características qualitativas e quantitativas da imigração iniciada no século XIX. O aspecto econômico foi explorado a partir do desempenho dos PIBs estaduais e dos censos industriais no período de análise, enquanto o aspecto social foi explorado a partir da população bruta e sua composição em cores ou raças, segundo o IBGE. Notou-se que, sob as perspectivas adotadas, a divisão regional de 1969 apresenta aspectos inter-estaduais mais heterogêneos em relação à divisão anterior, de 1945, isto é, que o estado de São Paulo apresenta determinados elementos em comum à região Sul atual mais frequentemente do que em relação à região Sudeste da qual faz parte. Assim, abre-se espaço para uma posterior reinterpretação simbólica das identidades no Brasil.

Palavras-chave: Região Sudeste; Segurança Nacional; Imigração; Regime Militar; Dialetos; Reinterpretação simbólica

ABSTRACT

The Brazilian Southeast and the National Security Doctrine: a symbolic reinterpretation

Starting from the Brazilian regional division of 1969, in which the Southeast region emerged and the state of São Paulo, formerly classified in the South region, was inserted into it, this study aimed to understand such process in the context of the National Security ideology of the military regime (1964-85), a period in which the State strongly intervened in the cultural sphere, molding it to its guidelines. In order to do so, exploratory analyzes on cultural, economic and social aspects of Southern and Southeastern states were carried out. The cultural aspect was explored through the dialects of the Portuguese language and through the qualitative and quantitative characteristics of 19th and 20th century immigration. The economic aspect was explored through the performance of state GDPs and state industrial censuses in the period of analysis, while the social aspect was explored through state gross population and its composition in colors or races, according to IBGE. It was noted that, from the perspectives adopted, the regional division of 1969 presents more heterogeneous interstate aspects in relation to the previous division of 1945, that is to say, the state of São Paulo presents certain elements in common to the current South region more often than in relation to the Southeast, of which it is currently a part. Thus, opening up space for subsequent symbolic reinterpretations of identities in Brazil.

Keywords: Brazilian Southeast; National Security; Immigration; Military Regime; Dialects; Symbolic reinterpretation

RESUMEN

La región Sudeste y la Doctrina de Seguridad Nacional: una reinterpretación simbólica

A partir del cuestionamiento en relación a la división regional brasileña de 1969, en que fue creada la región Sudeste y el estado de São Paulo pasó de la región Sur hacia la región Sudeste, se objetiva comprender ese proceso en el contexto de la ideología de Seguridad Nacional del régimen militar (1964-85), período en que el Estado interviene fuertemente en ámbito cultural, moldeándolo a sus directrices. Por lo tanto, se realizó un análisis exploratorio sobre aspectos culturales, económicos y sociales de los estados de las regiones Sudeste y Sur. El aspecto cultural fue explorado a partir de los dialectos de la lengua portuguesa y de las características cualitativas y cuantitativas de la inmigración iniciada en el siglo XIX. El aspecto económico fue explorado a partir del desempeño de los PIB estatales y de los censos industriales en el período de análisis, mientras que el aspecto social fue explorado a partir de la población bruta y su composición en colores o razas, según el IBGE. Se notó que, bajo las perspectivas adoptadas, la división regional de 1969 presenta aspectos interestatales más heterogéneos en relación a la división anterior, de 1945, es decir, que el estado de São Paulo presenta determinados elementos en común a la región Sur actual más frecuentemente con respecto a la región Sudeste de la que forma parte. Así, se abre espacio para una posterior reinterpretación simbólica de las identidades en Brasil.

Palabras clave: Región Sudeste; Seguridad Nacional; Inmigración; Regime Militar; Dialectos; Reinterpretación simbólica

RIASSUNTO

Il Sudest brasiliano e la Dottrina della Sicurezza Nazionale: una reinterpretazione simbolica

Partendo dalla divisione regionale brasiliana di 1969, tramite la quale lo stato di São Paulo fu spostato dalla regione Sud verso la regione Sudest, si obietta comprendere questo processo nel contesto dell'ideologia della Sicurezza Nazionale del regime militare (1964-85), periodo in cui lo Stato interviene fortemente nella sfera culturale, modellandola ai suoi orientamenti. In questo senso, sono state fatte analisi esplorative sugli aspetti culturali, economici e sociali degli stati delle regioni Sudest e Sud. L'aspetto culturale è stato esplorato dai dialetti della lingua portoghese e dalle caratteristiche qualitative e quantitative dell'immigrazione iniziata nel XIX secolo. L'aspetto economico è stato esplorato dalla prestazione dei PIL statali e dei censimenti industriali nel periodo di analisi, mentre l'aspetto sociale è stato esplorato dalla popolazione lorda e dalla sua composizione a colori o razze, secondo l'IBGE. Si è notato che, dalle prospettive adottate, la divisione regionale di 1969 presenta aspetti interstatali più eterogenei in relazione alla precedente divisione di 1945, cioè che lo stato di São Paulo presenta alcuni elementi in comune con l'attuale regione Sud più frequentemente rispetto al Sudest di cui è oggi parte. Così, si apre spazio per una susseguente reinterpretazione simbolica delle identità in Brasile.

Parole chiave: Sudest brasiliano; Sicurezza Nazionale; Immigrazione; Regime Militare; Dialetti; Reinterpretazione simbolica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparação entre as divisões regionais de 1945 e 1969.....	20
Figura 2 - Evolução histórica da capitania de São Paulo.....	30
Figura 3 - Situação atual dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil.....	32
Figura 4 - Mapa dialetológico de Nascentes.....	33
Figura 5 - Ocorrência do "r caipira" em Minas Gerais.....	34
Figura 6 - Os três falares mineiros.....	35
Figura 7 - Isoglossas da pronúncia de “parteira” no Estado do Paraná.....	36
Figura 8 - O leque catarinense (hachurado).....	38
Figura 9 - Porcentagens da imigração ao Brasil por nacionalidade (1872-1972).....	40
Figura 10 - Porcentagens de imigrantes direcionados a São Paulo, por nacionalidade (1878-1971).....	47
Figura 11 - Porcentagem da imigração direcionada ao Estado de São Paulo.....	48
Figura 12 - Porcentagem da imigração de algumas nacionalidades a São Paulo sobre a imigração total a São Paulo (1885-1971).....	48
Figura 13 - Concentração de oriundi.....	49
Figura 14 - Porcentagens da imigração ao Brasil por nacionalidade (1820-1876).....	54
Figura 15 - Zona integrada ao governo federal (cinza claro) e zona de concentração geopolítica meridional (cinza escuro).....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relevância das porcentagens de estrangeiros sobre o total destes e sobre a população estadual, por UF.....	41
Tabela 2 - Porcentagens de Estrangeiros/BR e Estrangeiros/UF para UFs selecionadas.....	43
Tabela 3 - Porcentagens de Estrangeiros/BR e Estrangeiros/UF, em cada censo, para UFs selecionadas.....	44
Tabela 4 - Esquematização dos três primeiros lugares de acordo com censo e UF....	45
Tabela 5 - Porcentagem de italianos no município de São Paulo.....	50
Tabela 6 - Número de italianos no município do Rio de Janeiro.....	55
Tabela 7 - Participação dos PIBs estaduais sobre o PIB total das UFs de interesse....	62
Tabela 8 - Diferença das médias entre os períodos 1939-1947 e 1968-1970.....	63
Tabela 9 - Porcentagens da produção industrial por UF sobre produção total dessas UFs.....	64
Tabela 10 - Diferenças nas participações industriais das UFs.....	64
Tabela 11 - Diferenças percentuais entre o último período e o primeiro período, para os PIBs estaduais e as produções industriais estaduais.....	65
Tabela 12 - População estadual para censos selecionados.....	66
Tabela 13 - População das macrorregiões de análise.....	67
Tabela 14 - Diferença da população entre as regiões das divisões de 1945 e 1969....	67
Tabela 15 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em Minas Gerais.....	68
Tabela 16 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Espírito Santo.....	68
Tabela 17 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Rio de Janeiro.....	68
Tabela 18 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em São Paulo.....	69
Tabela 19 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Paraná.....	69
Tabela 20 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em Santa Catarina.....	69
Tabela 21 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Rio Grande do Sul.....	70

Tabela 22 - Distribuição de cores para a região Leste, da divisão regional de 1945....71

Tabela 23 - Distribuição de cores para a região Sul, da divisão regional de 1945.....71

Tabela 24 - Distribuição de cores para a região Sudeste, da divisão regional de 1969.....72

Tabela 25 - Distribuição de cores para a região Sul, da divisão regional de 1969.....72

1 INTRODUÇÃO

A localização do estado de São Paulo na região Sudeste - composta por Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo - constitui-se, hoje, num truísmo, que sói obscurecer o fato de que o surgimento dessa região se deu com a divisão regional de 1969. Fala-se na "região mais populosa", "região mais rica", numa percepção coletiva moldada, em maior ou menor grau, a partir do próprio surgimento dessa região. Antes de 1969, o estado de São Paulo encontrava-se na região Sul, juntamente aos estados que atualmente a compõem, enquanto os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro encontravam-se na região Leste.

Os desenvolvimentos da Geografia e dos estudos geográficos, apresentados especialmente na Revista Brasileira de Geografia, versam sobre algumas razões e enfoques que levaram a esse reposicionamento do estado de São Paulo. Mudanças de ordem teórica e metodológica ocorridas no meio geográfico são elencadas como fatores preponderantes na promulgação de uma nova divisão regional em 1969.

A promulgação de uma nova divisão regional deve ser compreendida dentro do contexto institucional do regime militar. Como diz Renato Ortiz em "Cultura brasileira e identidade nacional", o regime militar (1964-1985) adota uma postura ativa por parte do Estado no sentido de utilizar o panorama cultural como forma de justificar-se no poder. É no mesmo período, também, que se dá o chamado "milagre econômico" e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Ortiz mostra como o Estado brasileiro passa a se interessar mais detidamente nas questões culturais e a política governamental se insere dentro da ideologia da Segurança Nacional e suas diretrizes se voltam à sua consecução.

É nesse sentido que se busca compreender as razões implícitas desse reposicionamento. Através de uma análise das dinâmicas cultural, econômica e social busca-se entender, ainda que limitadamente, se o estado de São Paulo é mais aparentado à sua antiga região - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - ou à sua nova região - Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Para isso, foi necessário elencar que aspectos seriam analisados, sob uma perspectiva estadual. Primeiramente, analisou-se os dialetos (ou falares) e o processo migratório entre 1872 e 1972. Ambos têm uma importância considerável no processo de identidade e memória dos povos, influenciando na dinâmica das regiões em que esses processos atuaram e atuam.

Analizou-se também a composição dos PIBs estaduais e o desempenho nos censos industriais, bem como as populações estaduais e as distribuições de cores, reconhecidas pelo IBGE, com o objetivo de averiguar a categorização, possível ou não, de São Paulo e das regiões Sul e Sudeste.

Notou-se que a distribuição e divisão dos dialetos, o processo migratório quantitativo e qualitativo, a participação percentual dos PIBs e censos industriais estaduais e a composição da população bruta e as distribuições percentuais de cores apresentavam maiores correspondências internas com as macrorregiões Leste e Sul, da divisão de 1945, em relação às macrorregiões Sudeste e Sul, da divisão de 1969.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro do âmbito da ciência geográfica, o estudo da região e das formas de regionalização podem ser considerados fonte de diversos debates e formas diferentes de abordagem.

Segundo SILVA (2010), existem duas compreensões modernas sobre a regionalização. A primeira analisa as relações observadas a partir dos condicionamentos do meio natural, enquanto a segunda dá preponderância sobre os processos de transformações sociais. O estudo da regionalização se explica pelo fato de que “formas espaciais atuais também condicionam o futuro da sociedade, pois representam sua reprodução social” (CORRÊA *apud* SILVA, 2010).

A partir dos anos 1950, ocorre uma mudança metodológica por parte de geógrafos ligados ao IBGE, cuja abordagem passa a ser pautada pela chamada Geografia Quantitativa - também chamada de Teorética - que, segundo SILVA (2010) tem um caráter utilitarista, ao encontrar-se mais vinculada aos programas do Estado e ao seu projeto de planejamento territorial. Este planejamento territorial objetiva maior controle sobre o território.

A Geografia se vinculou às idéias de desenvolvimento que tomaram corpo no Brasil na década de 1950, ressaltando o planejamento territorial. Neste contexto, a desigualdade espacial do desenvolvimento econômico passou a ser vista como um problema a ser resolvido por meio do planejamento regional, no qual as regiões cada vez mais passaram a ser concebidas em função de sua aplicabilidade, ou seja, às necessidades do planejamento, seguindo uma finalidade específica, menos acadêmica e mais política, pragmática (SILVA, 2010, p. 5).

PERIDES *apud* SILVA (2010) destaca que “a própria expressão regionalização passou a ser utilizada cada vez mais como uma divisão do espaço visando uma aplicação prática, uma finalidade específica”, resultando numa preocupação “**mais política do que acadêmica.**” (PERIDES *apud* SILVA, 2010, p. 88, grifo nosso). É neste contexto teórico que pode ser compreendida a divisão regional feita em 1969 pelo IBGE, decretada no ano seguinte.

A divisão de 1969 criou a região Sudeste, que até então não existia. Na divisão regional de 1945, o estado de São Paulo encontrava-se unido na região Sul, juntamente aos estados que atualmente a compõem. Os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo encontravam-se unidos na chamada região Leste, conforme figura abaixo:

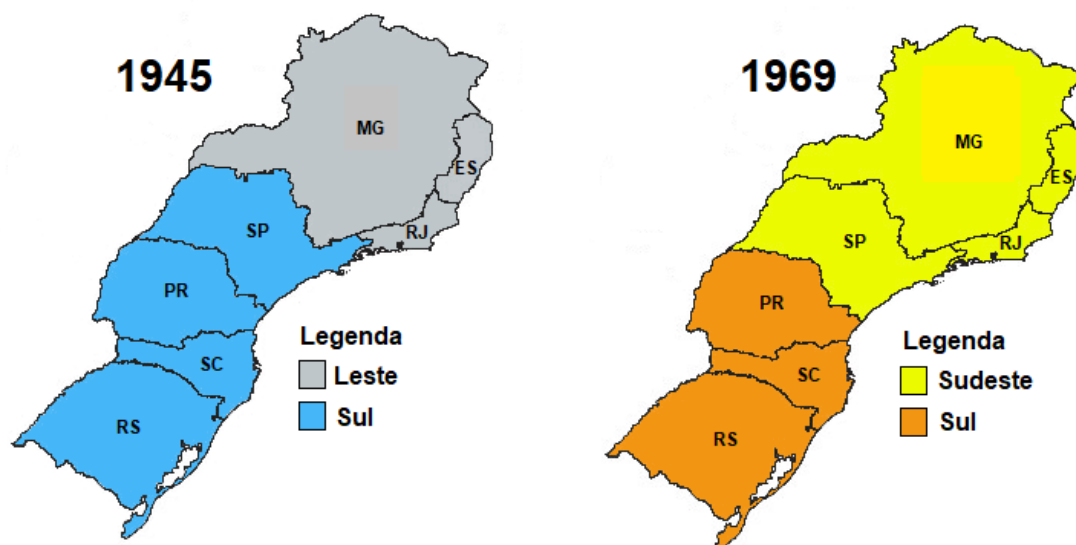


Figura 1 – Comparação entre as divisões regionais de 1945 e 1969.
Fonte - Elaborado pelo autor com base em SILVA (2014).

Três argumentos foram utilizados pelo IBGE para justificar uma nova divisão regional: a evolução do conceito de regionalização na Geografia, especialmente a partir da supracitada Geografia Quantitativa; a obsolescência do conceito de "região natural", utilizado para a divisão de 1945; as transformações vinculadas aos processos de urbanização e industrialização. (SILVA, 2010, p. 7-8).

Assim, a partir da obra "Subsídios à Regionalização", publicada em 1968 pelo IBGE, foram abordados sete temas, que serviriam como base estruturante à nova divisão regional. Os temas são: domínios ecológicos, população, regiões agrícolas, indústria, transportes, atividades terciárias e centralidade (relativa à hierarquia urbana entre as cidades).

Dessa obra surgiu a nova divisão regional do Brasil, com os objetivos de "agrupar os dados estatísticos, ser útil ao ensino da Geografia e também servir de base para a regionalização da ação estatal". Dividiu-se, ainda, em dois níveis hierárquicos: as macrorregiões homogêneas, definidas pela "combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos" e utilizadas para o planejamento e ensino, e as microrregiões homogêneas, utilizadas para fins estatísticos. (SILVA, 2010, p. 15)

Assim, o surgimento da região Sudeste deve ser compreendido dentro do contexto teórico da Geografia Quantitativa, que se pautava em maior grau por métodos matemáticos e estatísticos, com vistas a resultados objetivos e precisos. Posteriormente, em contraposição a alguns desses, surgiram autores que iniciaram uma interpretação diferente da regionalização, chamada de Geografia Crítica, segundo a qual uma região pode ser caracterizada não apenas pelos fenômenos

naturais, mas deve-se também legar importância aos aspectos culturais e processos históricos. (CORRÊA *apud* SILVA, 2010, p. 33)

É neste sentido que se torna importante a análise a partir de aspectos imateriais e simbólicos dos processos sociais. De acordo com ORTIZ (1997), a cultura, também chamada de alma ou consciência coletiva, constitui um universo simbólico capaz de potencializar a coesão e a compreensão da organização social. Ela seria um “elemento que propicia a criação de um **vínculo** entre os homens, o cimento social, o elo que organicamente articula a "solidariedade" (...) entre os diversos grupos sociais dispostos em seu território” (ORTIZ, 1997, p. 39, grifo nosso).

A delimitação de simbolizações artificiais através do território, tal como a divisão entre macrorregiões que deu origem à região Sudeste, possui o potencial de influenciar, moldar e estruturar novas representações simbólicas em âmbito coletivo.

A cultura pode também ser definida como um "processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações, através de uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda a prática humana" (DURHAM, 1977, p. 34 *apud* BARROS, 2009, p. 1).

Neste sentido a cultura, formada por sistemas simbólicos de interpretação da realidade, se constitui em um tríplice sistema. Em primeiro lugar, como sistema de representação, institui contrastes responsáveis à produção de sentidos e à construção de identidades. Aqui verifica-se também a possibilidade de "tensões entre os diferentes", derivada da multiplicidade de contextos, percepções e concepções. Já como sistema de classificação, enfatiza-se o caráter simbólico e organizado da cultura. Esta define valores a partir de "contrastes e semelhanças definidas menos empiricamente que simbolicamente" (BARROS, 2009, p. 1-2). Por fim, como sistema de comunicação, opera através da linguagem transmitindo símbolos, que são apreendidos pelos indivíduos a partir de convenções plasmadas na estrutura social (RODRIGUES, 1989 *apud* BARROS, 2009, p. 2).

Por tais razões, "a análise da cultura é necessariamente análise da dinâmica cultural", que é um processo permanente de reorganização das simbologias na prática social. Pelo fato de os sistemas de representação simbólica estarem em constante contato ocorre, assim, um constante reposicionamento dos diversos grupos sociais na dinâmica das relações (DURHAM, 1977, p. 9-34 *apud* BARROS, 2009, p. 3).

Giralda Seyferth, em "A dimensão cultural da imigração", discorre sobre a importância dos estudos migratórios, dizendo que "a noção de diferença cultural, no

caso da imigração, remete às ideologias de pertencimento e seus usos, inclusive políticos, diante das situações de desigualdade no âmbito do Estado-nação." (SEYFERTH, 2011, p. 48). Citando Fenton, prossegue a dizer que o *status* ontológico do termo "etnicidade" se refere à descendência e cultura. Etnicidade se refere, assim, "à construção social da descendência e da cultura, à mobilização social da descendência e da cultura, e ao significado e implicações dos sistemas classificatórios construídos em torno dela." (SEYFERTH, 2011, p. 50). Em verdade, "Cultura e etnicidade estão entrelaçados, o que põe em evidência a diferença (em relação aos "outros") e o embasamento da identidade." (SEYFERTH, 2011, p. 51).

Enfocando seu estudo nas colônias alemãs no Vale do Itajaí, Seyferth observa que "quando o assunto são os aspectos pragmáticos da etnicidade [...] emerge, em primeiro lugar, o caráter distintivo da língua falada no cotidiano das colônias." (SEYFERTH, 2011, p. 51). Assim, "Esses elementos (lar, língua), junto com ascendência (origem), formam a base da própria definição de categoria étnica". (SEYFERTH, 2011, p. 54).

No que tange à linguagem, o sociólogo Peter Berger considera a instituição mais primeva na vida das pessoas. A linguagem aponta a realidade exterior à criança e, através de relações significativas, estrutura o ambiente em que ela se encontra, realizando uma objetivação da realidade. Ela possui as características fundamentais de uma instituição: objetividade, isto é, existência concreta; coercitividade, seja no âmbito das academias de línguas ou das relações interpessoais; autoridade moral, relacionada à legitimidade; historicidade, à medida que antecede e sucede aos indivíduos.

A linguagem, assim, é a única instituição que supera todas as outras, porque através dela se ergue um arcabouço de experiências, imaginários, mediações e representações através dos quais compreendemos as demais instituições - família, Igreja, Estado etc. É neste sentido que deve ser entendida a relevância cultural da análise da língua portuguesa, através dos dialetos (BERGER, P.L.; BERGER, B. *apud* FORACCHI, M.A.; MARTINS, J.S., 1977, p. 193-199).

Ao referir-se ao estudo do território, GARCÍA (1976, p. 333-336) diz que o ser humano deve ser entendido como um sujeito territorial multifacetado, sobre o qual desenvolvem-se questões sociais e mentais quando ocorrem alterações na estrutura do território. As vinculações do homem com o território sofrem alterações a partir de determinações de âmbito superior e encontram-se orientadas pelo pertencimento a

um macroterritório determinado. Existe, assim, uma vinculação entre o território e as formas de simbolização e internalização da comunidade, que passam a sofrer influências daquele.

Hemos definido el territorio humano como un espacio semantizado, es decir, portador de unos significados que sobrepasan su configuración física. Desde esta perspectiva el territorio forma parte integrante de la cultura y está relacionado con las formas de comprenderse, de digerir mentalmente el intercambio, dentro de la comunidad. Las consecuencias que se pueden desprender de la transgresión o desatención de esta característica, pueden llegar a ser de naturaleza incluso psíquica (GARCÍA, 1976, p. 342).

GARCÍA (1976) prossegue a dizer que “cada vez se hace más manifiesto que la ordenación territorial no puede reducirse a un apartado técnico (GARCÍA, 1976, p. 341)”. Isto porque o planejamento territorial deve levar em consideração a atividade cultural que é própria a cada um dos grupos:

La planificación territorial debe captar las motivaciones y finalidades que fundamentan la vigencia de grupos; la actividad cultural que es propia de cada uno de ellos, tanto en sus aspectos coincidentes con los demás, como diferenciales, y finalmente establecer las relaciones territoriales de unos y otros (GARCÍA, 1976, p. 339).

Realizar um planejamento territorial que faça vista grossa em relação às particularidades culturais dos grupos existentes no território pode resultar numa série de contradições com consequências piores.

La situación real y jerárquica de los distintos elementos territoriales no se puede subvertir, a merced de ningún proyecto determinado. Una planificación económica, y mucho más si está en función de comunidades más amplias que la que va a ser objeto de proyecto, debe considerar que el sustrato espacial sólo puede ordenarse con esta finalidad si la modificación no contradice la selección cultural efectuada sobre el sustrato anterior. De lo contrario, se deja un vacío cultural en la región, cuando no una serie de contradicciones que pueden tener peores consecuencias (GARCÍA, 1976, p. 337).

BAUMAN *et al* (2001), por sua vez, diz:

Esses tipos de questão [Estado e território] vinculam-se ao tema da identidade, por sua vez relacionada à **cidadania**, que pode ser algo para o qual uma pessoa é qualificada em virtude de seu local de nascimento. (...) pode ocorrer uma ligação entre a identidade pessoal e o pertencimento, no sentido de a pessoa em questão tornar-se parte de uma nação. (...)

Ser cidadão, além de se constituir em indivíduo portador de direitos e deveres na forma que o Estado os definiu, significa ter voz na determinação da política do Estado que conforma aqueles direitos e deveres. Ou seja, a cidadania se refere à capacidade de influenciar a atividade do Estado e de participar da definição e da administração da "lei e da ordem" (BAUMAN *et al*, 2001, p. 214-219, grifo nosso).

Assim pode-se depreender que, na ausência de sentimentos de pertencimento, ou seja, à falta de identidade pode-se seguir uma deterioração na cidadania,

entendida como um conjunto de direitos e deveres que propiciam a participação na vida política e social.

Num Estado que careça desse conjunto de valores que se relacionam, de certa forma, à sua legitimidade, surgem movimentos de oposição ao poder estatal. De acordo com BAUMAN *et al* (2001) são o regionalismo e a desterritorialização. O regionalismo se constitui numa expressão de autonomia local e regional, enquanto na desterritorialização abre-se espaço para novos referenciais simbólicos capazes de conjugar o sentimento de identidade de uma comunidade. Um desses referenciais simbólicos são as afiliações étnicas e raciais.

A segunda manifestação é a desterritorialização, em que encontramos a base territorial do poder do Estado sendo aberta ao questionamento. Outros traços são então promovidos, considerados mais significativos do que mero espaço de residência. Por exemplo, a afiliação étnica e/ ou racial, a religião e a língua podem ser escolhidas como atributos de mais densa relevância na totalidade da vida humana (BAUMAN *et al*, 2001, p. 221).

Sob tais observações, é que pretende-se fazer uma análise dos estados das regiões Sul e Sudeste. Assim, imprescindível analisar o contexto em que se dá a divisão regional de 1969, ou seja, as orientações políticas adotadas pelo regime militar (1964-1985). ORTIZ (1985), em "Cultura brasileira e identidade nacional", ao fazer uma análise de discurso do período, afirma que:

A análise de discurso permite compreender como determinados grupos agenciam suas idéias e procuram apreender o mundo tendo como ponto de referência os conceitos centrais que elaboraram. No entanto é necessário perceber que todo discurso se estrutura a partir de uma posição determinada, as pessoas falam sempre de algum lugar. Essas situações concretas que dão base material à linguagem não são exteriores ao discurso, mas se insinuam em seu interior e passam muitas vezes a estruturá-lo e constituí-lo. As mesmas falas, em situações distintas, possuem significados diferentes (ORTIZ, 1985, p. 67).

É neste sentido que Ortiz afirma existir uma profunda relação entre a construção de uma identidade nacional e a construção do Estado brasileiro. Suas origens podem ser encontradas já em finais do século XIX e início do século XX, especialmente após a abolição da escravidão. (ORTIZ, 1985, p. 8-9).

O tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil. No entanto, ele permanece atual até hoje, constituindo uma espécie de subsolo estrutural que alimenta toda a discussão em torno do que é o nacional (ORTIZ, 1985, p. 7).

É somente com a abolição da escravidão que, ao integrar a população negra às preocupações sociais, forja-se um "mito das três raças". A visão de um Brasil formado pelos elementos branco, negro e indígena "conta a origem do moderno Estado brasileiro, ponto de partida de toda uma cosmogonia que antecede a própria

realidade" (ORTIZ, 1985, p. 38). Com as mudanças proporcionadas pela Revolução de 1930, o Estado brasileiro encontrará suas necessidades supridas através das obras de Gilberto Freyre e é a partir desse ponto que o mito das três raças se torna senso comum:

Não há ruptura entre Sílvia Romero e Gilberto Freyre, mas reinterpretação da mesma problemática proposta pelos intelectuais do final do século (...) Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade (...) O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual (...) pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional. (ORTIZ, 1985, p. 41).

De forma crítica, Ortiz afirma que Gilberto Freyre não apenas entregou ao brasileiro sua "carteira de identidade", possibilitando aos brasileiros se reconhecerem como tal, mas sua teoria também ajudou a encobrir possíveis conflitos raciais. (ORTIZ, 1985, p. 42-44).

Em relação ao papel do Estado durante o regime militar (1964-1985), período no qual a divisão regional de 1969 entrou em vigor, Ortiz afirma que o que distingue este período é a marcada sistematização com a qual as mudanças no âmbito cultural foram implementadas. O autor afirma que o Estado se utilizou dos "intelectuais tradicionais" como forma de se legitimar mas, ao mesmo tempo, deixou de lado aquilo que não lhe convinha e passou a se caracterizar por uma maior tecnificação e subordinação a interesses econômicos.

A segunda dificuldade que surge com a associação dos intelectuais tradicionais ao Estado se refere ao relacionamento entre cultura e desenvolvimento. (...) ao se considerar a cultura como elemento complementar ao desenvolvimento, está-se na prática subordinando-a aos interesses de outras áreas, em particular da economia. (...)

Os intelectuais tradicionais partilham do ideário conservador do governo militar, no entanto 64, para além de seu significado político, corresponde a uma transformação que também é de natureza econômica. Dentro desta perspectiva o Estado (composto por setores diferenciados) se vê diante da necessidade de brincar as idéias disponíveis, reservando-se o direito de incorporar algumas, mas de abandonar outras. A ideologia da mestiçagem, que possibilita a definição da memória nacional e de uma ontologia do homem brasileiro, será absorvida, porém a parte que se refere à organicidade de uma política cultural será recusada. A incapacidade dos intelectuais tradicionais de elaborarem um plano nacional de cultura não é casual, mas estrutural, por isso o Estado se volta para um novo tipo de intelectual, aquele que representa a possibilidade real de consolidação de uma organicidade política e ideológica: os administradores. (ORTIZ, 1985, p. 101-108).

O período se caracteriza pelo predomínio da ideologia da Segurança Nacional. Esta ideologia, de acordo com GIANNASI (2011), tem origens no contexto da Guerra Fria, podendo ser considerada uma influência da propagação da política externa

estado-unidense. Em âmbito ideológico, pode-se dizer que a doutrina da Segurança Nacional é uma expansão do Império norte-americano, que passa a estruturar, no pós-guerra, um conjunto de teorias e instituições voltadas à idéia da segurança nacional. Além da importante contribuição estado-unidense, o Brasil também assimilou conceitos franceses, que ressaltavam o caráter anti-democrático em relação a tudo que fosse contrário à "segurança nacional", seja contra pessoas, instituições ou mesmo países.

A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada, em 1949, nos moldes da *National War College* estado-unidense e foi grande responsável pela organização da futura doutrina de Segurança Nacional. Resumidamente, a doutrina defendia a ação contra elementos subversivos, seja internos quanto externos, ao mesmo tempo que defende a promoção do desenvolvimento econômico, a fim de mitigar as questões de ordem social que, por sua vez, poderiam desestabilizar o país em direção ao bloco soviético. Este desenvolvimento econômico privilegiava o capitalismo internacional, e não o capitalismo nacional, razão pela qual via-se com suspeita os legados de Getúlio Vargas e João Goulart. Outro enfoque da doutrina é sua concentração no poder executivo. Os poderes legislativo e judiciário passam a ter um papel reduzido, face à urgência das medidas e à preponderância de um executivo militar. (GIANNASI, 2011, p. 84-121).

"Para a Doutrina, o enfoque essencial, que toca à segurança nacional, é a tríplice relação Estado-poder-segurança, colocando tanto o homem quanto o povo em uma posição **secundária**." (GIANNASI, 2011, p. 121, grifo nosso) (...)

"O indivíduo não existe e os povos são mitos; o que existe são as nações, mas a nação **se confunde** com o Estado. Sem o Estado, a nação não pode nada, porque o Estado é poder." (URÁN, p. 182 *apud* GIANNASI, 2011, p. 121, grifo nosso)

O general do Exército Pedro Aurélio de Góis Monteiro, já na década de 1930, destacou quatro conceitos básicos relacionados à futura doutrina: os objetivos nacionais, o poder nacional, a política nacional e a estratégia nacional. Os objetivos nacionais são pré-fixados, divididos em objetivos nacionais permanentes e atuais. Os objetivos nacionais permanentes (ONP) estão ligados à formação do Brasil e seriam axiológicos. Um deles é a "Integração Nacional" que deve se processar em suas dimensões **geográfica, territorial, política e social**. Já o "poder nacional" constitui-se de quatro fatores, entre os quais destaca-se o "fator psicossocial", que inclui fatores demográficos, como a composição da população, bem como estrutura e dinâmica

social, relativa a tradições, padrões culturais, atitude, entre outros. (GIANNASI, 2011, p. 121-126, grifo nosso)

Estado e Nação são a mesma coisa. "É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado (...) O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado." (COMBLIN, p. 28 *apud* GIANNASI, 2011, p. 148). Esta equivalência entre Nação e Estado significa que "A nação seria um elemento homogêneo, excluindo todas e quaisquer diferenças, uma vez que obedeceria a uma só vontade, condutora do interesse nacional". Neste sentido, "as divisões existentes no interior de qualquer nação, portanto, ficam minimizadas ao extremo, ou então, são vistas como perigosos fatores de dissolução social" (GIANNASI, 2011, p. 148-149).

O manual da Escola Superior de Guerra mostrava as necessidades de se considerar a cultura como uma possível fundamentação de solidariedade orgânica. Assim, o Estado passa a instrumentalizar a cultura a favor de seus objetivos, entre os quais a justificação do próprio poder. Em verdade, o Estado manifesta interesse pela questão cultural desde o golpe militar. Nessa época são também implementadas leis, decretos-lei e portarias que normatizam a produção e a distribuição de bens culturais. Não por coincidência, ocorre a consolidação de conglomerados de comunicação de massa, entre os quais a rede Globo, fomentando uma expansão de um mercado de bens simbólicos. (ORTIZ, 1985, p. 83-85).

No bojo do chamado milagre econômico (1969-1973), período em que houve expressivo crescimento econômico, é que se encontra maior sistematização e programatização do fator cultural.

Carlos Lessa, ao analisar a ideologia do II PND (1974-1976) vai considerá-la como um produto da euforia do "milagre" econômico de 69-73. Os planos dos governos anteriores enfatizavam sobretudo a dimensão econômica do desenvolvimento. Costa e Silva já havia introduzido no discurso do planejamento o tema da "humanização do desenvolvimento", e Medici falava em "desenvolvimento psicossocial". (...) O período do "milagre" abre novas possibilidades para as realizações e os empreendimentos culturais. (ORTIZ, 1985, p. 87).

Por fim, ocorre que a cultura nacional não pode ser considerada uma extensão da cultura popular. O discurso do "nacional", no período, aparece como uma intenção, mais artificial que orgânica, com o objetivo de legitimação estatal. Tal construção surge a partir da relação dos grupos sociais com o Estado e nem sempre o que é "político" se transforma em "política", isto é, dentro do discurso unívoco do nacional algumas representações culturais possuem prevalência sobre outras.

Neste ponto, entra em ação a idéia de construção da identidade, em que a escola inaugurada por Sílvio Romero e atualizada por Gilberto Freyre pode se constituir um exemplo. Essas construções são realizadas a partir dos "mediadores simbólicos", isto é, os intelectuais, abrindo assim a possibilidade de "reinterpretação simbólica". Segundo Ortiz:

A ideia de construção nos remete a uma outra noção, a de mediação. Ao colocarmos a identidade como um elemento de segunda ordem, estamos implicitamente nos referindo aos agentes que a constroem. (...) São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos.

Colocar o intelectual como mediador simbólico implica apreendermos a mediação como possibilidade de reinterpretação simbólica. (ORTIZ, 1985, p. 138-140).

Resumidamente, a partir de 1964 ocorre maior normatização e sistematização cultural, ao mesmo tempo em que se verifica o avanço do discurso da "técnica" sobre o domínio social. É também neste contexto da doutrina da Segurança Nacional que se oficializa uma nova divisão regional para o Brasil, a partir da qual surge a região Sudeste. Neste sentido, procura-se buscar certas inferências sobre o caráter desta mudança a partir de análises exploratórias, tendo-se em mente a possibilidade de reinterpretação simbólica da Região Sudeste, que leva à própria gênese do Estado brasileiro.

3 METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se numa pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e enfoque multidisciplinar, realizada a partir de extensa revisão de literatura.

Em primeiro lugar serão analisados os dialetos - ou falares - da língua portuguesa, seguidos pelo processo migratório iniciado no século XIX. Em seguida, analisa-se, sempre segundo o IBGE, as participações dos PIBs e censos industriais estaduais. Termina-se com a análise do número de habitantes e sua distribuição em cores, sempre para os estados das regiões Sul e Sudeste.

No que tange à Geografia e à análise da divisão regional brasileira, partiu-se dos estudos compilatórios de Simone Affonso da Silva, mestre em Geografia, bem como de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicações da Revista Brasileira de Geografia.

No que tange à Geolinguística, foram compilados trabalhos que versam sobre os falares e as características destes nas regiões pertinentes. Lançou-se mão dos Atlas Linguísticos estaduais disponíveis, bem como dos estudos de Antenor Nascentes e Amadeu Amaral.

No que tange ao processo migratório, foi de grande importância o trabalho de Maria Stella Ferreira Levy, no qual as cifras migratórias foram analisadas, em detalhe e por Unidade Federativa (UF), para um período suficientemente longo, de 1872 a 1972. Em seguida, realizou-se uma breve contextualização sobre o histórico econômico relativo ao século XIX, influenciado pelo processo migratório antecedente.

No que tange à análise sócio-econômica, utilizou-se dados do IBGE relativos aos PIBs estaduais, censos industriais, populações estaduais e composição de cores ou raças. O período analisado é de 1940 a 1970, período entre as duas divisões regionais em questão.

De forma complementar, foram consultadas outras fontes relativas à geolinguística, ao processo migratório e a aspectos econômicos e sociais. Lançou-se mão de figuras, gráficos e tabelas a fim de explicitar determinados aspectos ou facilitar sua leitura.

4 RESULTADOS

4.1 Análise dos dialetos

Os estudos sobre dialetologia no Brasil podem ser traçados a partir de dois personagens precursores: Amadeu Amaral e Antenor Nascentes.

Amadeu Amaral publicou, em 1920, a obra “O dialeto caipira”, descrevendo suas características e circunscrevendo este dialeto, num primeiro momento, ao “território da antiga província de São Paulo” (AMARAL, 1920, p. 1). A figura 2 a seguir mostra a evolução histórica do território paulista.

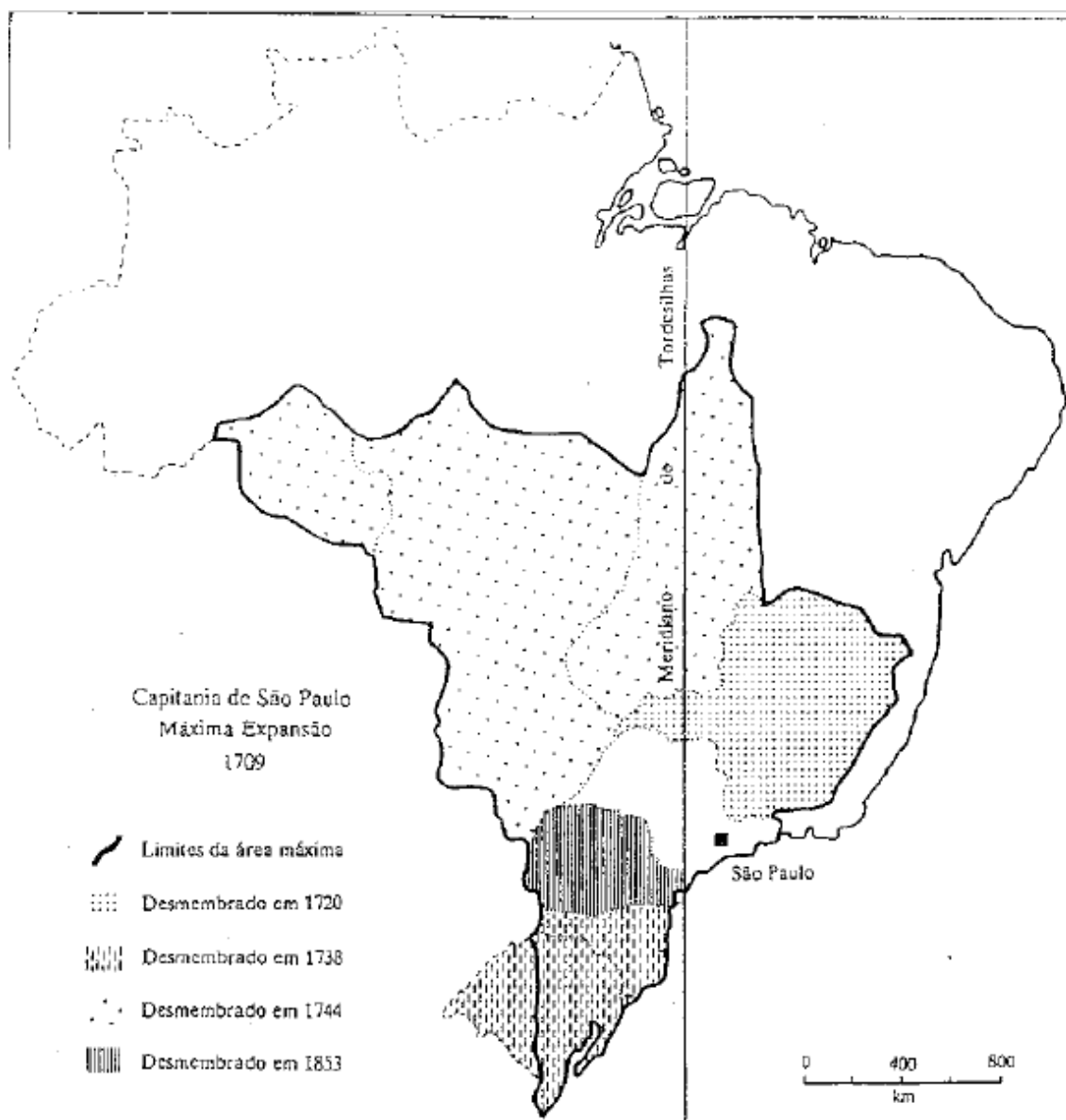


Figura 2 – Evolução histórica da capitania de São Paulo.

Fonte: CASTRO (2006), p. 37.

Antenor Nascentes, por outro lado, publicou “O linguajar carioca”, no ano de 1922. Nesta obra tem-se, pela primeira vez, um mapeamento dos dialetos falados no

Brasil. Apesar da data distante de publicação, não são conhecidas publicações mais modernas sobre a distribuição de dialetos no Brasil.

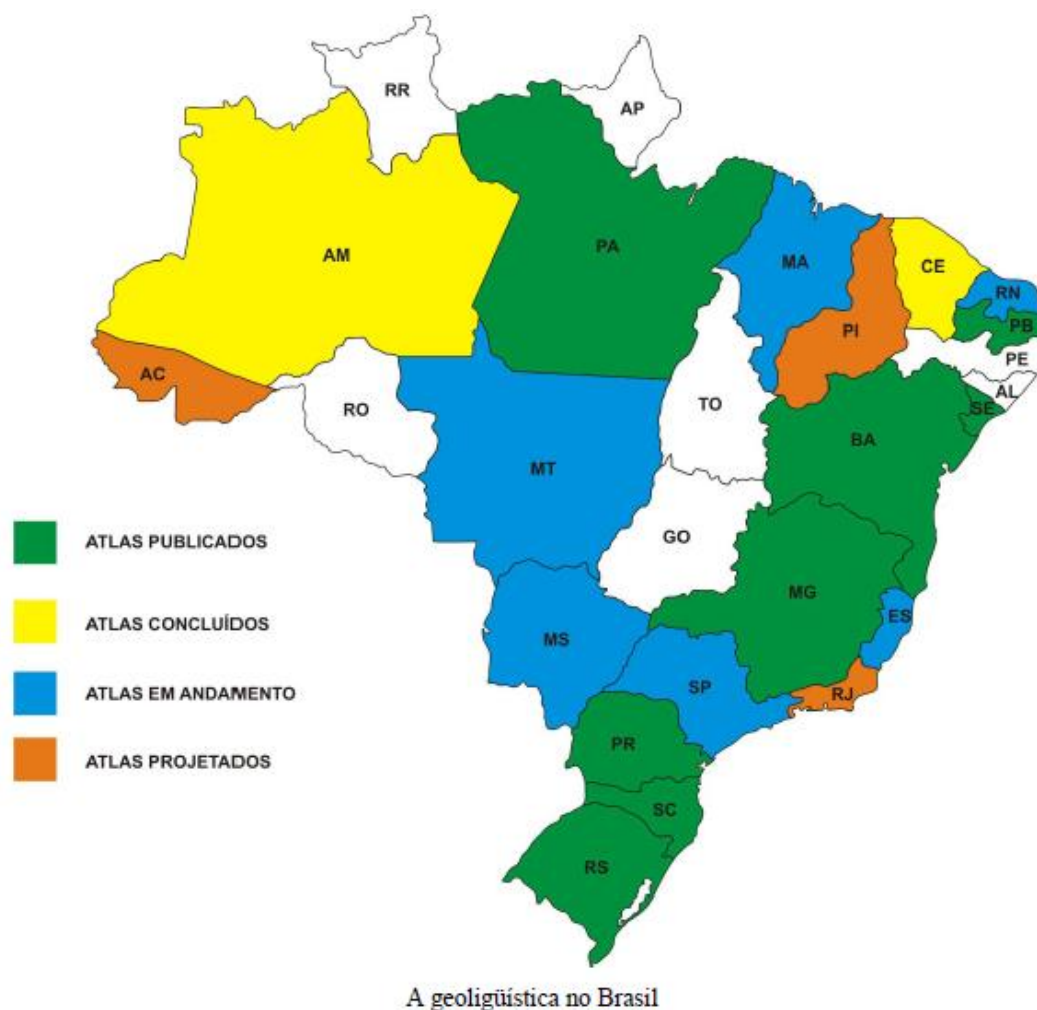
Posteriormente, em 1955, Serafim da Silva Neto, filólogo e lingüista, publica o “Guia para estudos dialetológicos”, no qual “chama para si a tarefa de criar uma mentalidade dialetológica” (CRISTIANINI, 2006, p. 3). Na mesma época, reconhece-se a existência de diversos fatores impeditivos à realização de um atlas lingüístico nacional: o extenso território brasileiro, carente de infra-estrutura rodoviária, a falta de verbas destinadas para um empreendimento desse nível e a própria ausência de pessoal qualificado para tal.

Assim, entre 1958 e 1961, Nascentes publica as “Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil”, no qual defende, a partir do exemplo estado-unidense – os Estados Unidos também sofriam com sua extensão territorial – a realização de atlas regionais que, num momento futuro, poderiam ser incorporados de tal forma a um único atlas nacional. Nascentes forneceu, também, uma metodologia a ser seguida. (CRISTIANINI, 2006, p. 3)

BRANDÃO (1991) *apud* MARTINS (2006), assinala que:

Os Atlas lingüísticos, a par de seu valor sincrônico – fotografias que são de um estágio de língua, num determinado momento de sua evolução, num espaço geográfico delimitado –, possuem grande valor diacrônico, de vez que registram, indiretamente, outros estádios da mesma língua, quer pela recolha de formas em desuso em outras regiões, quer pelo levantamento de traços fônicos distintivos. (BRANDÃO, 1991 *apud* MARTINS, 2006, p. 9)

A figura 3 a seguir evidencia a situação atual dos atlas regionais, divididos por unidade federativa.



A geolinguística no Brasil

Figura 3 – Situação atual dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil.
Fonte: ARAGÃO (2008), p. 13

Conforme a figura 3, os atlas regionais já publicados, para as regiões Sudeste e Sul, são os seguintes: Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG), Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR) e Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS).

Devido à ausência de atlas lingüísticos para os Estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, a classificação dialetal desses Estados ficará, grosso modo, restrita aos estudos de Amadeu Amaral, no caso de São Paulo, e de Antenor Nascentes, no caso de Espírito Santo e Rio de Janeiro. O mapa de Nascentes pode ser observado na figura 4 a seguir:



Figura 4 – Mapa dialetológico de Nascentes.

Fonte: NASCENTES (1953), p. 18 *apud* MATTOS *et al* (2013), p. 250.

Como se pode observar, Nascentes agrupa, grosso modo, todo o Centro-Sul sob a designação “sulista”, incluindo-se aí também as regiões de fala caipira registradas por Amaral.

CASTRO (2006), ao analisar o dialeto caipira descrito por Amaral, coloca em evidência a ocorrência do chamado “r caipira”, que seria um traço relativamente distintivo desse dialeto. A partir de observações retiradas do estudo dos Atlas Lingüísticos de Minas Gerais e Paraná, constatou que a ocorrência desse fonema coincidia com as regiões de fronteira com São Paulo, bem como com regiões historicamente exploradas pelos bandeirantes e tropeiros de São Paulo; conforme figura 5 a seguir.

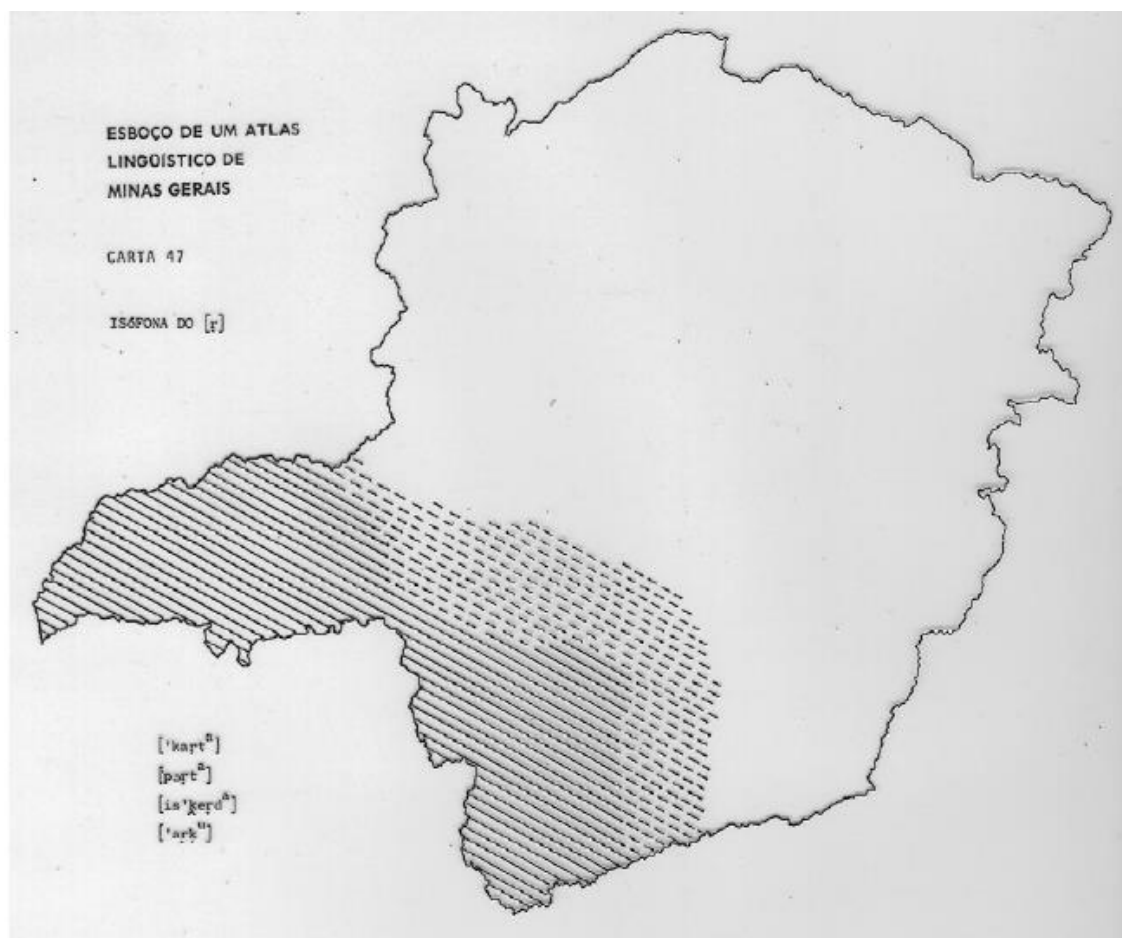


Figura 5 – Ocorrência do "r caipira" em Minas Gerais.
 Fonte: RIBEIRO *et al* (1977) *apud* CASTRO (2006), p. 1944.

Com efeito, MARTINS (2006) identifica três falares mineiros: ao norte, um falar baiano; ao sudoeste, um falar paulista e, entre essas áreas, um falar mineiro. Tais falares podem ser vistos na figura 6 seguinte.



Figura 1: Os três falares mineiros⁴

Figura 6 – Os três falares mineiros.
 Fonte: RIBEIRO *et al* (1977) *apud* MARTINS (2006).

Nota-se uma relativa correspondência entre as conclusões do EALMG e o mapa esboçado por Nascentes em 1922. O Estado de Minas Gerais aparece semelhantemente dividido em três regiões distintas de falares. A diferença consiste na classificação da região compreendida entre as regiões de falares baiano e paulista. Enquanto Nascentes chamou-a de “fluminense”, os autores do EALMG chamaram-na de “mineira”. Segundo MARTINS (2006), “não ocorrem neste falar dois traços característicos da fala do carioca: o uso do pronome “tu” como sujeito e a presença da sibilante palatal [ʃ] (...)” (MARTINS (2006), p. 3-4).

A divisão de falares observada em território mineiro foi digna de nota, pioneiramente, por Amadeu Amaral. Na supracitada obra “O dialeto caipira”, o autor diz que:

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal - o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro. (AMARAL (1920), p. 2)

Grosso modo, o “norte” de Amaral pode ser entendido como o “baiano” do EALMG e de Nascentes. Da mesma forma, o “litoral” pode ser entendido como o “mineiro” do EALMG ou o “fluminense” de Nascentes. Por fim, a parte do Triângulo Mineiro pode ser entendida como o “paulista” do EALMG e de Nascentes. Apesar de Amaral não ter esboçado um mapa, à diferença do EALMG e de Nascentes, é digno de nota o fato de que três autores diferentes dividiram o Estado de Minas Gerais em três falares geograficamente delimitados, ainda que tenham divergido na nomenclatura.

Já no caso do Paraná, o “r caipira” de CASTRO (2006) encontra-se mais difundido, abrangendo a quase totalidade do Estado, sendo exceções as regiões paranaenses nas quais tal fonema não tenha sido registrado. Na figura 7 a seguir, o “r caipira” é dominante nas áreas representadas pelas linhas diagonais.

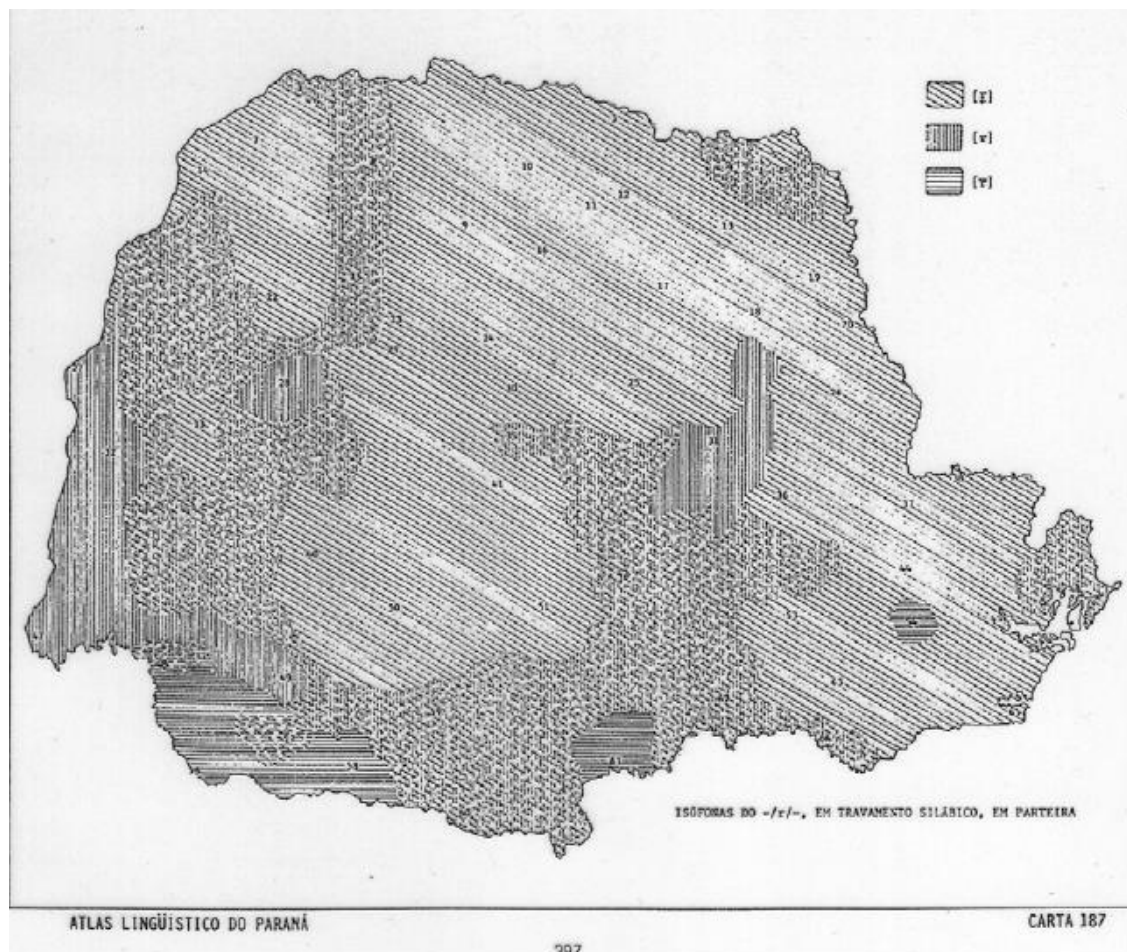


Figura 7 – Isoglossas da pronúncia de “parteira” no Estado do Paraná.
Fonte: AGUILERA (1994), p. 397 *apud* CASTRO (2006), p. 1943.

Tal como no caso de Minas Gerais, CASTRO (2006) assinala corretamente que:

Essa área, justamente, tem contigüidade com a fronteira de São Paulo, e refletiria a influência paulista que aí teria penetrado e se mantido. Por outro lado, a área anteriormente identificada como de maior resistência à retroflexa está distante geográfica e historicamente dos paulistas, e delimitaria o alcance do uso mais consistente desse traço tipicamente caipira. (CASTRO (2006), p. 244)

Esta proximidade entre o português do Paraná e o português de São Paulo, segundo CASTRO (2006), pode encontrar respaldo sob o ponto de vista da evolução histórica territorial de São Paulo, mostrada anteriormente na figura 2. A província do Paraná foi desmembrada da província de São Paulo em 1853, na última modificação territorial envolvendo o atual Estado de São Paulo.

Em se tratando da região Sul, KOCH (2000) *apud* ROCHA (2012), nota que quatro fatores externos devem ser levados em consideração na compreensão de estudos sobre essa região. Em primeiro, a presença de açorianos no litoral catarinense; em segundo, o contato com a língua espanhola no extremo sul; em terceiro, o contato entre paulistas e gaúchos em dois fluxos migratórios opostos, sendo o paulista dirigido ao sul e o gaúcho dirigido ao norte; em quarto, a ocorrência de expressivas áreas bilíngues nascidas a partir da instalação de imigrantes não portugueses a partir do século XX.

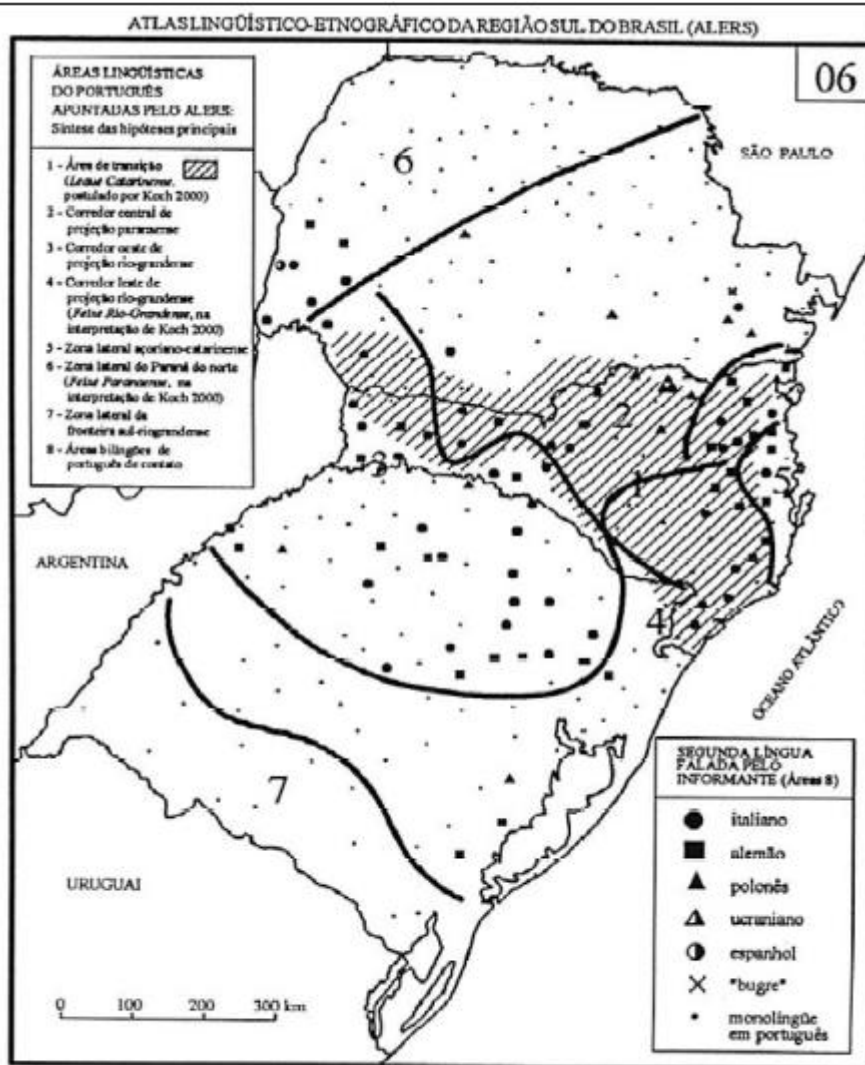
Neste sentido, o mapa de dialetos postulado por Nascentes, como visto na figura 4, pode ser relativizado, em especial no tocante ao falar sulista. Como diz GUIMARÃES (2003):

Com os perigos ligados às imprecisões que contém, lembro aqui a classificação dos falares de Antenor Nascentes. Para ele há no Brasil sete falares: amazônico, nordestino, baiano, mineiro, fluminense, sulista, incaracterístico. Os estudos de variedades que vêm se fazendo nas últimas décadas têm mostrado divisões no interior destes falares colocados pela classificação de Nascentes. Podemos, por exemplo, ver as diferenças indicadas no falar sulista, que já pode ser, ao que tudo indica, dividido em falares como o gaúcho, o paulista, o matogrossense (conhecido como falar cuiabano) e muito provavelmente em alguns outros. (GUIMARÃES, 2003, p. 49).

Estudos realizados sob a coordenação do supracitado Walter Koch procuraram compilar o Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS). Tais estudos sugerem uma ausência de unidade dialetal mesmo dentro dos limites da atual região Sul. De especial interesse é o chamado “leque catarinense”, uma área de transição que abarca, em grande parte, as divisões políticas do Estado de Santa Catarina e divide em duas partes, uma ao norte, representada pelo Estado do Paraná e outra ao sul, representada pelo Estado do Rio Grande do Sul, os falares da região. Como diz CASTRO (2006):

Koch (2000) postula a existência do que denomina o "Leque Catarinense" de isoglossas, que dividiria a Região Sul em duas grandes áreas lingüísticas - a paranaense e a rio-grandense -, caracterizando-se Santa Catarina como área de transição. (CASTRO, 2006, p. 276-277).

A figura 8 a seguir evidencia o leque catarinense:



MAPA 6 - Áreas linguísticas do português apontadas pelos dados do ALERS

Mapa 1: Áreas linguísticas da Região Sul através dos dados do ALERS

Fonte: Altenhofen (2002, p.145 – com adaptações)

Figura 8 – O leque catarinense (hachurado).

Fonte: ROCHA (2012), p. 43.

4.1.1 Considerações

É possível dizer que o pioneirismo de Amaral e Nascentes permanece largamente inafetado, em especial no que diz respeito ao estado de Minas Gerais. Existe, contudo, certa relativização no que diz respeito ao falar sulista proposto por Nascentes, à medida que a ocorrência do chamado leque catarinense acaba subdividindo tal falar: um paranaense, mais ligado a São Paulo; uma área de transição que corresponde, grosso modo, ao estado de Santa Catarina; um sul-rio-grandense.

Assim, à luz das regionalizações brasileiras de 1945 e 1969, o estudo dos falares das regiões Sudeste e Sul demonstra que, apesar da ocorrência do leque catarinense - que fragmenta a porção meridional do país - a correspondência entre as macrorregiões políticas e as subdivisões dos falares era significativamente maior sob a regionalização de 1945. Sob o ponto de vista do estado de São Paulo, enquanto a região Sudeste de 1969 apresenta quatro falares - baiano, fluminense, mineiro e caipira - a região Sul de 1945, com o estado de São Paulo incluído, apresenta dois falares - caipira e gaúcho - entremeados por uma zona de transição ligeiramente correspondente ao estado de Santa Catarina.

4.2 Processo migratório

Diversos foram os fatores que instigaram a vinda de imigrantes para o Brasil. Entre os fatores externos, isto é, relativos aos países de origem, destacam-se: uma transição demográfica, que aumentou a pressão sobre as terras; a modernização da agricultura, que fomentou o êxodo rural; as modificações estruturais nas relações de trabalho. Já como fatores internos, isto é, relativos aos países de destino, podem ser citadas a disponibilidade de terras e a demanda por mão-de-obra. Ademais, modificações na dinâmica dos transportes no interior das nações, como a expansão ferroviária, e internacional tornavam o processo mais rápido e seguro. (BOTELHO *et al*, 2007, p. 156).

Em se tratando especificamente do Brasil, as primeiras tentativas de fixação de imigrantes ocorreram em 1812, no Rio de Janeiro, e em 1819, no Espírito Santo. A partir da independência, em 1822, as atenções do Império se voltam às províncias mais meridionais, sob fundado receio de ocupação estrangeira. Ainda no Império, tem início uma política migratória com outras motivações, em especial relacionadas à economia cafeeira, que será responsável pela atração de um contingente mais expressivo de imigrantes. (LEVY, 1974, p. 51).

A partir do estudo de LEVY (1974), é possível quantificar o contingente migratório direcionado ao Brasil, no período de 1872 a 1972, em 5.350.889 pessoas. Sua distribuição, por nacionalidade, se dá segundo a figura 9 a seguir:

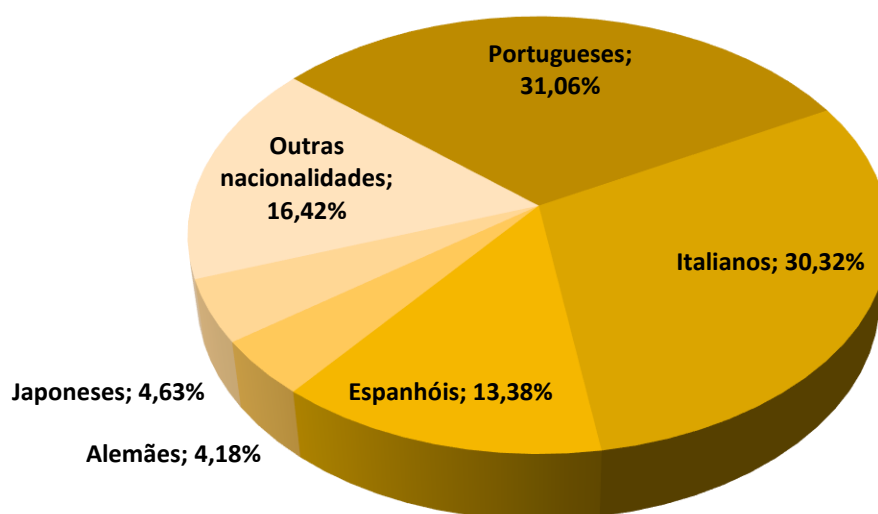


Figura 9 - Porcentagens da imigração ao Brasil por nacionalidade (1872-1972).
Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Nota-se que os maiores contingentes populacionais de imigrantes foram os seguintes, em ordem decrescente: portugueses (31,06%); italianos (30,32%); espanhóis (13,36%); japoneses (4,36%); alemães (4,18%). A categoria “Outras nacionalidades”, com uma porcentagem de 16,42% do total, não é composta por nacionalidades singularizadas; inclui árabes, turcos, poloneses, russos, romenos, entre outros. (LEVY, 1974, p. 54).

Com tais porcentagens e quantificações em mão, LEVY (1974) procedeu a uma classificação a nível estadual, sob dois pontos de vista: o primeiro, a porcentagem de estrangeiros em uma UF sobre o total de estrangeiros vivendo no Brasil (doravante "Estrangeiros/BR"); o segundo, a porcentagem de estrangeiros em uma UF sobre a população total da mesma UF (doravante "Estrangeiros/UF"). Assim, para ambos pontos de vista, foram feitas duas subdivisões: UFs nas quais essa porcentagem foi expressiva e UFs nas quais essa porcentagem não foi expressiva. A tabela 1 a seguir sumariza os resultados encontrados, bem como demais subdivisões realizadas:

Tabela 1 - Relevância das porcentagens de estrangeiros sobre o total destes e sobre a população estadual, por UF.

		Porcentagem de estrangeiros em uma UF sobre o total de estrangeiros vivendo no Brasil	Porcentagem de estrangeiros em uma UF sobre a população total da mesma UF
	1º nível	Guanabara e São Paulo	Guanabara e São Paulo
Porcentagem expressiva	2º nível	Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina
	3º nível		Espírito Santo, Rio de Janeiro
Porcentagem inexpressiva		Espírito Santo	Minas Gerais

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Importante ressaltar que, no período de realização do trabalho de LEVY (1974), existia o estado da Guanabara, que é hoje o atual município do Rio de Janeiro. Por tal razão, os dados relativos à Guanabara devem ser analisados com cautela, posto que dizem respeito a uma extensão territorial reduzida, inferior à dos Estados atuais –

ainda que digam respeito a uma cidade histórica e economicamente importante, capital nacional durante a maior parte do período (1872-1972). Como diz LEVY (1974):

Deve-se considerar Guanabara e São Paulo como os Estados mais importantes no tocante a imigração estrangeira; contudo, não devemos esquecer que a Guanabara é uma cidade-estado. Ambos são significantes quando relacionados à população estrangeira do Estado e àquela do País. (LEVY, 1974, p. 60).

É digno de nota o fato de que, para as UFs das regiões Sudeste e Sul, somente os estados da Guanabara e de São Paulo se encontram no primeiro nível de expressividade de suas porcentagens, quer seja relativamente ao primeiro quanto ao segundo ponto de vista esboçado pela autora. Levando em consideração as características supracitadas relativas à Guanabara, bem como a existência de dados relativos tanto à Guanabara quanto ao estado do Rio de Janeiro à época – presentes no mesmo trabalho de LEVY (1974) – optou-se pela congregação de dados e porcentagens desses dois estados que, atualmente, compõem o estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de facilitar a leitura das informações. Os resultados estão na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Porcentagens de Estrangeiros/BR e Estrangeiros/UF para UFs selecionadas.

Censo	Classificação	Estados		
		Guanabara	Rio de Janeiro (até 1975)	Rio de Janeiro (atual)
1872	Estrangeiros/BR	21,70%	25,72%	48,03%
	Estrangeiros/UF	30,65%	12,19%	16,83%
1890	Estrangeiros/BR	35,37%	4,59%	39,96%
	Estrangeiros/UF	23,79%	1,84%	10,04%
1900	Estrangeiros/BR	18,23%	4,71%	22,94%
	Estrangeiros/UF	24,14%	5,46%	14,19%
1920	Estrangeiros/BR	15,27%	3,25%	18,52%
	Estrangeiros/UF	20,65%	3,26%	10,67%
1940	Estrangeiros/BR	16,26%	2,75%	19,01%
	Estrangeiros/UF	12,96%	2,10%	7,40%
1950	Estrangeiros/BR	17,34%	3,16%	20,49%
	Estrangeiros/UF	8,85%	1,67%	5,32%
1970	Estrangeiros/BR	18,38%	4,70%	23,08%
	Estrangeiros/UF	5,31%	1,22%	3,15%

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Por outro lado, como mostrou a tabela 1, há apenas duas UFs de interesse que apresentaram porcentagens inexpressivas: para o primeiro ponto de vista foi o estado do Espírito Santo, enquanto para o segundo ponto de vista foi o estado de Minas Gerais. Faz-se latente uma análise mais detalhada em relação às UFs de interesse. Neste sentido tem-se, na tabela 3, a compilação de dados dessas UFs, incluindo o Rio de Janeiro em sua configuração atual, a partir da tabela 2 anteriormente vista.

Tabela 3 - Porcentagens de Estrangeiros/BR e Estrangeiros/UF, em cada censo, para UFs selecionadas.

Censo	Classificação	Estados						
		ES	MG	PR	RJ	RS	SC	SP
1872	Estrangeiros/BR	1,08%	12,07%	0,93%	48,03%	10,74%	4,11%	7,63%
	Estrangeiros/UF	5,10%	2,23%	2,86%	16,83%	9,34%	10,00%	3,54%
1890	Estrangeiros/BR	0,87%	13,31%	1,47%	39,96%	9,89%	1,76%	21,34%
	Estrangeiros/UF	2,26%	1,47%	2,07%	10,04%	3,87%	2,18%	5,42%
1900	Estrangeiros/BR	1,99%	8,52%	3,70%	22,94%	12,57%	2,75%	44,52%
	Estrangeiros/UF	10,21%	2,55%	12,16%	14,19%	11,76%	9,23%	20,96%
1920	Estrangeiros/BR	2,20%	5,47%	4,01%	18,52%	9,64%	2,00%	52,99%
	Estrangeiros/UF	4,10%	1,46%	9,15%	10,67%	6,92%	4,67%	18,07%
1940	Estrangeiros/BR	0,78%	3,24%	4,74%	19,01%	7,78%	1,93%	57,89%
	Estrangeiros/UF	1,46%	0,68%	5,39%	7,40%	3,30%	2,31%	11,34%
1950	Estrangeiros/BR	0,54%	2,71%	6,31%	20,49%	6,44%	1,57%	57,11%
	Estrangeiros/UF	0,76%	0,43%	3,62%	5,32%	1,88%	1,22%	7,59%
1970	Estrangeiros/BR	0,26%	2,06%	6,55%	23,08%	4,16%	0,83%	57,24%
	Estrangeiros/UF	0,20%	0,22%	1,16%	3,15%	0,77%	0,35%	3,96%

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Como pode ser observado, nos dois primeiros censos, de 1872 e 1890, o Estado do Rio de Janeiro concentrou a grande parte da imigração vinda para o Brasil, com porcentagens respectivas de 48,03% e 39,96% relativas ao total de estrangeiros vivendo no país (“Estrangeiros/BR”). A partir de 1900, esta primazia passou ao Estado de São Paulo, com porcentagens superiores a 50% a partir do censo de 1920. Comportamento semelhante observado em relação à porcentagem de estrangeiros em uma UF em relação à sua população total (“Estrangeiros/UF”), em que São Paulo ultrapassa o Rio de Janeiro a partir do censo de 1900, mantendo este padrão até o fim do período analisado.

Quer se trate de Estrangeiros/BR quanto de Estrangeiros/UF, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro intercambiam os dois primeiros lugares em ordem decrescente de porcentagens, à exceção do censo de 1872, em que as porcentagens

paulistas ocupam o quarto lugar. Para os demais censos, o intercâmbio é sempre observado.

O censo de 1872 apresenta um padrão diferente. No que diz respeito a Estrangeiros/BR, os três primeiros lugares são os seguintes: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. No que diz respeito a Estrangeiros/UF, os três primeiros lugares são ainda mais atípicos: Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É possível que a contabilização do Estado de Santa Catarina em segundo lugar corrobore o que já foi dito sobre a época imperial, isto é, que havia uma preocupação em povoar e colonizar as duas províncias mais meridionais. A porcentagem catarinense, contudo, é menos relevante quando se trata de Estrangeiros/BR.

Já o terceiro lugar, na ordem decrescente de porcentagens, sofre mais variações ao longo do período analisado. No que tange à categoria Estrangeiros/BR, tal posto é ocupado, em 1890, por Minas Gerais, em 1970, pelo Paraná e, nos demais censos – 1900, 1920, 1940 e 1950 – pelo Rio Grande do Sul. No que tange à categoria Estrangeiros/UF, o terceiro lugar cabe, em 1890, ao Rio Grande do Sul, mas ao Paraná em todos os demais censos analisados até 1970. A tabela 4 a seguir esquematiza os três primeiros lugares:

Tabela 4 - Esquematização dos três primeiros lugares de acordo com censo e UF.

Censo	1º lugar		2º lugar		3º lugar	
	Estrangeiros/ BR	Estrangeiros/ UF	Estrangeiros/ BR	Estrangeiros/ UF	Estrangeiros/ BR	Estrangeiros/ UF
1872	RJ	RJ	MG	SC	RS	RS
1890	RJ	RJ	SP	SP	MG	RS
1900	SP	SP	RJ	RJ	RS	PR
1920	SP	SP	RJ	RJ	RS	PR
1940	SP	SP	RJ	RJ	RS	PR
1950	SP	SP	RJ	RJ	RS	PR
1970	SP	SP	RJ	RJ	PR	PR

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Parece correto dizer, a partir dos dados observados, que Rio de Janeiro e São Paulo são os estados mais relevantes do ponto de vista imigratório, com especial ênfase São Paulo: “Evidencia-se pelo que analisamos, que a contribuição da imigração estrangeira para a população brasileira fez se sentir indiretamente, através dos Estados do Sul, e mais particularmente de São Paulo.” (LEVY, 1974, p. 62).

Agora é preciso realizar uma análise mais detalhada a nível estadual, nomeadamente, buscar as informações imigratórias e analisá-las UF por UF, a fim de delinear características e esboçar um panorama estadual relativamente generalizado. Proceder-se-á à análise de todos os estados das atuais regiões Sudeste e Sul, a começar por São Paulo.

4.2.1 São Paulo

Como diz Levy, “Já na época imperial inicia-se uma política imigratória (...) e neste caso, como veremos, São Paulo vai deter a liderança do processo” (LEVY, 1974, p. 51). Detentor de uma preponderância imigratória a nível nacional, São Paulo concentrou parcelas significativas ou muito significativas das principais nacionalidades direcionadas ao Brasil, como pode ser visto na figura 10 a seguir:

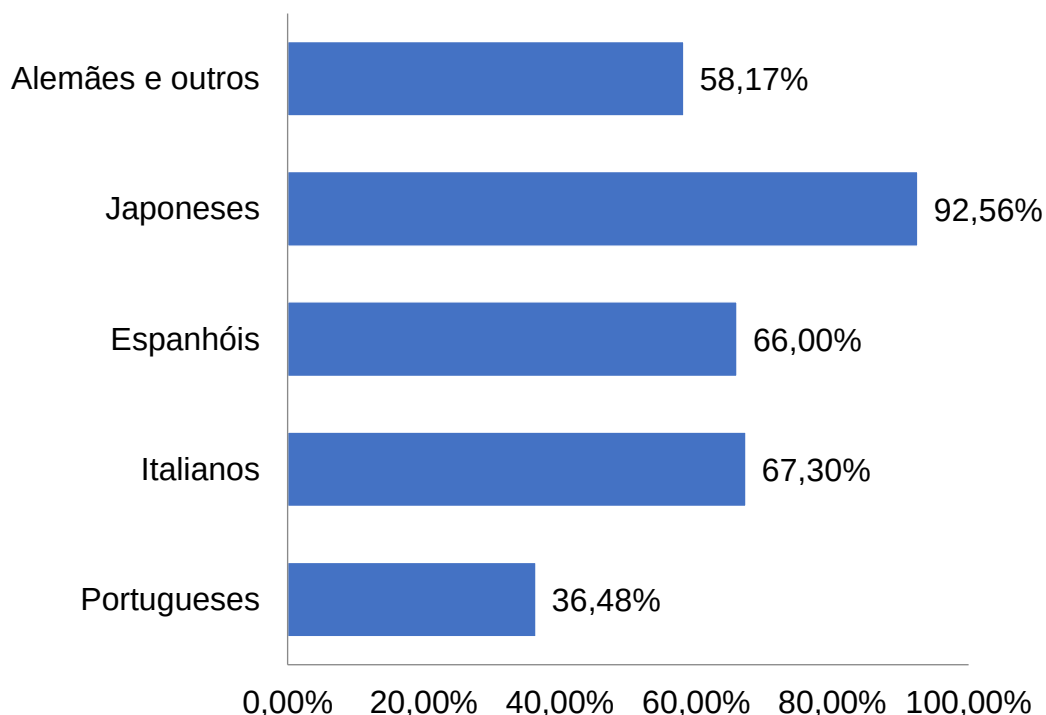


Figura 10 - Porcentagens de imigrantes direcionados a São Paulo, por nacionalidade (1878-1971).
Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Entre 1878 e 1971, 36,48% de todos os portugueses emigrados para o Brasil destinaram-se a São Paulo, cifra que salta para 67,30% dos italianos, 66% dos espanhóis, a quase totalidade dos japoneses (92,56%) e 58,17% de alemães incluídos os de “Outras nacionalidades”. No período, São Paulo recebeu 57% de toda a imigração direcionada ao Brasil, como mostra a figura 11 a seguir.

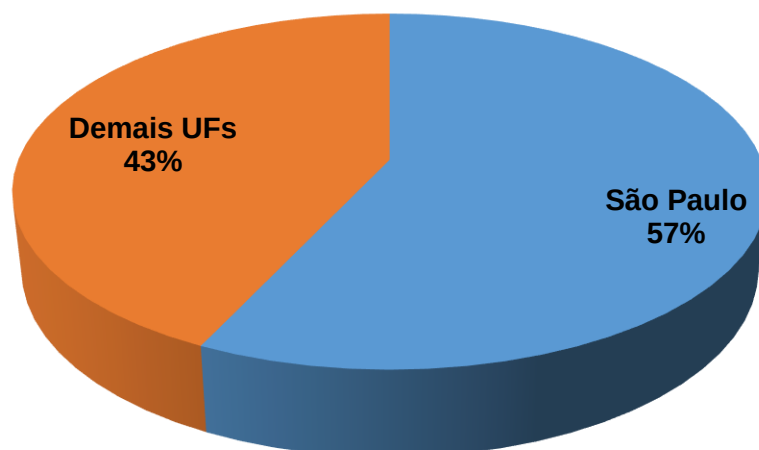


Figura 11 - Porcentagem da imigração direcionada ao Estado de São Paulo.
Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

Em relação à porcentagem das nacionalidades constitutivas da imigração total direcionada a São Paulo, nota-se que, no período 1885-1971, 36% da imigração para São Paulo foi constituída por italianos, seguida de espanhóis (16%) e portugueses (14%), conforme figura 12 a seguir.

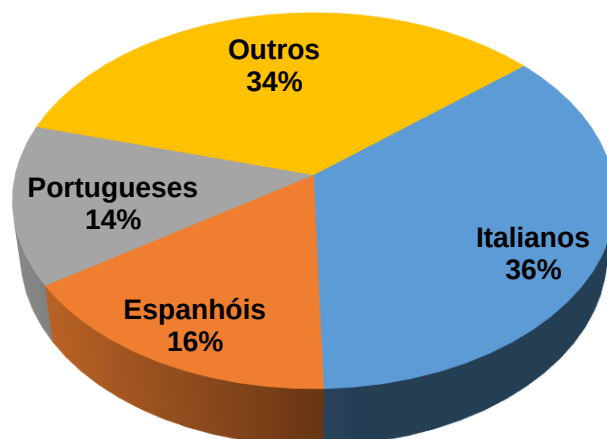


Figura 12 - Porcentagem da imigração de algumas nacionalidades a São Paulo sobre a imigração total a São Paulo (1885-1971).

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974), p. 62.

Qualitativamente, parece correto dizer que a influência italiana é bastante relevante para São Paulo e, conseqüentemente, para o Brasil. GARCÍA (2003), analisando a imigração italiana na América do Sul, afirma que os números absolutos de imigrantes italianos direcionados para o Brasil foram quase os mesmos da Argentina. Sua influência relativa na população foi, porém, menor, mas muito

importante e concentrada regionalmente. O estado de São Paulo é o maior centro de concentração de *oriundi*, apesar de sua porcentagem relativa aos outros fluxos imigratórios ser de 38%, abaixo de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ambos com 60%. (GARCÍA, 2003, p. 28-30).

Ainda segundo GARCÍA (2003), a região de destino e influência de imigrantes italianos é o Centro-Sul, conforme figura 13 a seguir:



Figura 13 – Concentração de *oriundi*.
Fonte: GARCÍA, 2003, p. 30.

Como pode ser observado, a região de concentração de *oriundi* corresponde, grosso modo e em ordem alfabética, aos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Inclui-se, ainda, trechos de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Uma região menor, que pode ser caracterizada como o interior de São Paulo, recebeu 70% dos imigrantes italianos.

O autor diz que "La situazione cambia significativamente se si considera la divisione geografica del paese. Il centro-sud e il sud si avvicinano notevolmente all'Argentina, e il nordest si allontana" (GARCÍA, 2003, p. 35).

No que tange à cidade de São Paulo, no período áureo da imigração, nota-se uma grande presença numérica de italianos na constituição da população da cidade. A tabela 5 evidencia essa participação.

Tabela 5 - Porcentagem de italianos no município de São Paulo.

Ano	Número de italianos	Porcentagem sobre a população municipal
1886	5.717	13%
1893	45.457	35%
1900	75.000	31%
1916	187.540	37%

Fonte: Elaboração própria com base em TRENTO (1989), p. 124.

4.2.2 Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Conforme pôde ser visto na tabela 1, os estados da Região Sul apresentaram porcentagens expressivas de segundo nível tanto para Estrangeiros/UF quanto para Estrangeiros/BR.

Em relação à imigração alemã, nas décadas de 1940 e 1950, as porcentagens aproximadas de descendentes de alemães sobre a população estadual eram de 20% no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, 7% no Paraná e 2,5% em São Paulo. (GREGORY, 2013, p. 121).

É também possível avaliar a presença alemã nos três estados mais meridionais através da distribuição de paróquias da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), fundada por imigrantes alemães no Brasil. Em 1992, 63% (237 de 375) de suas paróquias estavam localizadas na atual região Sul. (GREGORY, 2013, p. 126).

SEYFERTH (2002), em "Colonização, imigração e questão racial", refere-se sempre a um "Sul germânico" que inclui, por vezes, os três estados em questão e que inclui, definitivamente, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A importância da imigração alemã aludida implicitamente em Seyferth parece ser corroborada pela informação supracitada de Gregory.

Ressalte-se, entretanto, que a presença alemã não é sempre, numericamente, a mais expressiva. Segundo LEVY (1974), até o censo de 1950, Santa Catarina apresentou, de fato, porcentagens de imigrantes alemães em torno de 40%, sendo seguidos por italianos, com aproximadamente 17% da imigração total. Além desses, explicita-se a expressividade de poloneses, russos e austríacos. O Rio Grande do Sul, também até o censo de 1950, apresentou, nos quatro primeiros lugares, respectivamente: italianos, uruguaios, alemães e poloneses. O Paraná sofre maior variação: em 1920, lideravam os italianos (14,42%), em 1940 os poloneses (21%) e em 1950 os japoneses (aproximadamente 20%).

Nota-se que as imigrações alemã e italiana se fazem presentes nos três estados analisados, apesar de a distribuição não ser uniforme. Porém, o estado do Paraná se caracteriza por uma presença mais relevante de japoneses, que não se fazem tão presentes nos outros dois estados. Analogamente, a presença da imigração sul-americana, especialmente argentina e uruguaia, é notável no Rio Grande do Sul. Santa Catarina, por fim, ao menos no que tange à análise de imigração, é notoriamente européia.

4.2.3 Minas Gerais

Conforme pôde ser visto na tabela 1, Minas Gerais demonstra porcentagens inexpressivas de Estrangeiros/UF e uma expressividade de segundo nível de Estrangeiros/BR.

No caso mineiro, é importante notar que as porcentagens referentes a Estrangeiros/BR sempre excedem, com alta diferença, aquelas referentes a Estrangeiros/UF. Aqui, deve-se levar em consideração que, na maior parte do período analisado, Minas Gerais apresentava a maior população estadual entre os estados brasileiros. Assim, ainda que tenha havido significativos números migratórios absolutos em direção ao estado, os números relativos são menos significativos.

BIONDI (2008), ao estudar alguns aspectos da imigração italiana em Minas Gerais, nota que as comunidades voltavam-se mais a uma área central, constituída pelo estado de São Paulo, demonstrando certa "idéia da constituição de uma ilha étnica italiana em forma de rede, cuja área central era o estado de São Paulo". Ainda, considera que o Sul de Minas Gerais poderia ser considerado parte integrante dessa área central. (BIONDI, 2008, p. 45-46).

Biondi também nota que "Outras nacionalidades, que, ainda que minoritárias estavam presentes em São Paulo, em Minas eram praticamente ausentes", indicando uma expressividade majoritariamente italiana na imigração mineira, além de estar concentrada na porção sul do Estado. (BIONDI, 2008, p. 48). Essa concentração regional é também mencionada por BOTELHO *et al* (2007), que diz que: "Apesar do seu pequeno volume, a imigração marcou algumas regiões mineiras e tornou-se componente reconhecido na sua formação populacional." (BOTELHO *et al*, 2007, p. 174).

4.2.4 Espírito Santo

Conforme pôde ser visto na tabela 1, o Espírito Santo demonstra porcentagens inexpressivas de Estrangeiros/BR e uma expressividade de terceiro nível de Estrangeiros/UF.

Notou-se a existência de duas percepções majoritárias. Por um lado, autores como GREGORY (2013) assinalam que, no que toca à imigração alemã, esta é mais bem preservada, além da região Sul, no estado do Espírito Santo. (GREGORY, 2013, p. 117). Por outro lado, DADALTO (2008), em "O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído?", afirma que entraram, entre 1847 e 1900, 44.510 imigrantes no Espírito Santo, sendo a maioria italianos. Entretanto, afirma existir um mito construído, especialmente através de produções literárias, que fornece falso embasamento em relação a uma suposta identidade italiana capixaba. (DADALTO, 2008, p. 150-151).

Os dados de LEVY (1974) parecem apontar com mais veemência para as observações de DADALTO (2008). Contudo, as porcentagens evidenciadas na tabela 3 são muito similares às porcentagens do estado de Santa Catarina, para todo o período analisado e, portanto, não negligenciáveis. É provável que, ainda que ocorram mistificações em torno do processo migratório capixaba, existam relevantes comunidades imigrantes. É possível que entrem em jogo especificidades migratórias e outras considerações, de forma que a influência e importância da imigração no Espírito Santo não esteja tão evidente ou não tenha sido muito estudada a fundo.

4.2.5 Rio de Janeiro

Como mostrou a tabela 1, o Rio de Janeiro se posiciona, juntamente a São Paulo, como um dos maiores receptores de imigrantes direcionados ao Brasil. Suas porcentagens são elevadas quer se trate de Estrangeiros/BR quanto de Estrangeiros/UF. Contudo, como mostrou a tabela 2, parte majoritária da imigração dirigida ao estado concentrou-se na capital. As porcentagens imigratórias do estado excluía a capital são menos expressivas.

Assim sendo, em relação ao município do Rio de Janeiro, LEVY (1974) nota que, para os censos de 1920 a 1970, os imigrantes portugueses constituíram 63% da população estrangeira. Ao se analisar o censo de 1872, em que 48,03% da população estrangeira no Brasil encontrava-se no Estado do Rio de Janeiro, pode-se induzir uma forte participação da imigração portuguesa uma vez que, segundo figura 14 a seguir, para o período de 1820 a 1876, 45,73% dos estrangeiros que vieram ao Brasil eram portugueses. Faz sentido, também, que a maioria dos imigrantes tenham como destino a capital do país.

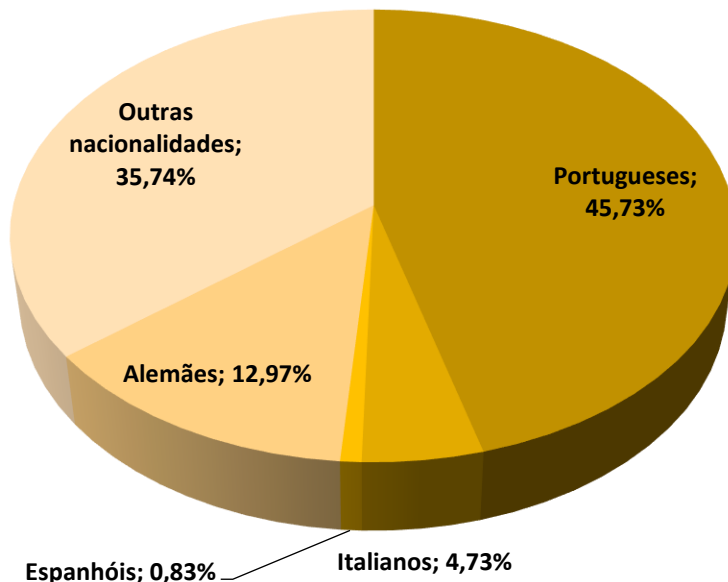


Figura 14 - Porcentagens da imigração ao Brasil por nacionalidade (1820-1876).

Fonte: Elaboração própria com base em LEVY (1974).

LEVY (1974) também alude à relevância da imigração portuguesa quando diz:

...notamos que do total de entradas de estrangeiros de primeiro estabelecimento, desde 1885 até 1959, mais de 50% se destinou ao Estado de São Paulo, com uma única exceção, o período de 1940-1944, ou seja, durante a II Grande Guerra. Nesse período a imigração portuguesa atingia sua proporção máxima (57,23%) sobre as outras. E embora essa mesma situação tenha ocorrido no Estado de São Paulo, a Guanabara, segundo os dados censitários, sempre apresentou porcentagens de portugueses acima

de 63%. É portanto de se esperar que nesse período tenha sido a Guanabara a maior receptora de imigrantes internacionais. (p. 60-61)

De acordo com LESSA (2002), em 1890, 51,21% da população da cidade do Rio de Janeiro era portuguesa ou filha de pai ou mãe portugueses. Em 1929, 47% dos imigrantes portugueses no Brasil encontravam-se no estado do Rio de Janeiro. Em 1950, 49% dos imigrantes portugueses residiam na região metropolitana do Rio de Janeiro. (LESSA, 2002, p. 27).

TRENTA (1989), ao analisar a imigração italiana, nota que, por volta de 1900, a imigração para o estado do Rio de Janeiro havia praticamente cessado; a cidade do Rio de Janeiro, entretanto, continuou a receber italianos vindos de outras regiões do Brasil. A tabela 6 a seguir evidencia o número de italianos residentes no município do Rio de Janeiro, para os anos de 1895, 1901, 1910, 1920 e 1940.

Tabela 6 - Número de italianos no município do Rio de Janeiro.

Ano	Número de italianos
1895	20.000
1901	30.000
1910	35.000
1920	31.929
1940	22.768

Fonte: Elaboração própria com base em TRENTA (1989), p. 103.

4.2.6 Considerações

Primeiramente, no que diz respeito à expressão numérica da imigração, quer seja absoluta ou relativa, lega-se a liderança, praticamente inquestionável, ao estado de São Paulo, que recebeu, no período analisado, mais da metade de toda a imigração direcionada ao Brasil. Sob tal perspectiva, o estado de São Paulo se apresenta largamente diferenciado e único. Em segundo lugar, todos os estados a este estudo pertinentes receberam, em maior ou menor medida, imigrantes de variadas origens, constituindo-se no Centro-Sul brasileiro, grosso modo, a região de concentração absoluta de imigração. Contudo, quando se analisa a tabela 4, nota-se uma preponderância dos estados da atual região Sul, juntamente com São Paulo e Rio de Janeiro.

Já quando se analisa a composição dos grupos étnicos dirigidos a cada estado, nota-se que a presença alemã se fez mais presente quanto mais meridionalmente localizado o estado. As porcentagens estimadas de teuto-brasileiros são mais altas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, menores para o Paraná, ainda menores para São Paulo e substancialmente menores para o Espírito Santo. O estado de Minas Gerais parece não ter recebido levas significantes de alemães.

A expressividade italiana tem sua área central, indubitavelmente, no estado de São Paulo e, já de forma substancialmente reduzida, nos estados da atual região Sul. Em Minas Gerais, uma presença relativa pouco significativa se concentra nas regiões mineiras adjacentes a São Paulo. O Espírito Santo apresenta uma pequena imigração italiana, enquanto no Rio de Janeiro há pouca expressividade.

A imigração portuguesa, no período analisado, constituiu-se no maior fluxo imigratório registrado para o Brasil, com porcentagem ligeiramente superior àquela registrada para a imigração italiana. Parece correto dizer que, ainda que os portugueses tenham se feito presentes em todas as regiões brasileiras, sendo a matriz cultural do Brasil, sua expressividade relativa pós-independência (1822) e pós-império (1889) foi muito forte no Rio de Janeiro, com especial relevância para a formação moderna da cidade do Rio de Janeiro. Outros exemplos podem ser mencionados, como a colonização açoriana na costa da região Sul, bem como a atração exercida pela descoberta de metais preciosos nas "Minas Gerais". Entretanto, por terem-se dado em períodos anteriores ao analisado, fogem ao escopo deste trabalho.

Em relação à imigração espanhola, além de ter sido o terceiro maior fluxo imigratório em direção ao Brasil, sabe-se que, no censo de 1920, 78,2% dos

espanhóis residiam no estado de São Paulo, denotando "clara predileção dos imigrantes espanhóis por se fixarem em São Paulo". (PORTA, p. 10-13.). Porcentagens ainda maiores de presença no Estado de São Paulo obtiveram os japoneses, como visto na figura x, com 92,56%, isto é, quase a totalidade. A maior parte do restante parece ter se dirigido ao Paraná. O estado do Paraná parece ter se diferenciado no que tange à expressividade polonesa, sendo estes os estrangeiros mais bem representados no censo de 1940, com 21%.

Sendo assim, conclui-se que, em se tratando da presença alemã, ela aparentemente corrobora a visão de uma região Sul com São Paulo, muito apesar de as porcentagens de teuto-brasileiros em São Paulo serem, em 1940, bastante inferiores - 2,5% em São Paulo contra 7% no Paraná e aproximadamente 20% no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Contudo, deve-se levar em consideração que a menor porcentagem ainda indica números absolutos bastante significativos de teuto-brasileiros em São Paulo, à medida em que este já era o estado mais populoso do Brasil.

Em relação à presença italiana, a figura 13 tende a corroborar uma visão de uma região Sul com São Paulo, sendo este, sem dúvida, a área central. A presença italiana nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo parecem ser mais pontuais.

É evidente que a quantificação e qualificação do processo migracional retorna considerações finais bem menos conclusivas em comparação à análise sobre os dialetos. Nesta, além da subdivisão "sulista" de Nascentes, que corrobora a antiga divisão regional, os dialetos também mostram, por exemplo, continuidade clara entre os falares de São Paulo e do Paraná. Neste Estado, o "r" caipira açambarca todo o Estado, ao contrário de Minas Gerais, em que açambarca apenas regiões limítrofes a São Paulo.

Já no que tange à análise migracional, poder-se-ia classificar o estado de São Paulo em separado, quase completamente singularizado em relação aos demais, por ter recebido 57% de todos os imigrantes durante o período. Nesta classificação, não se corroboraria nenhuma divisão regional, posto que São Paulo se diferencia muito claramente dos demais.

Já no que diz respeito a porcentagens relativas, poder-se-ia pensar numa classificação com Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, ficando Minas Gerais e Santa Catarina de fora, por aparecerem poucas vezes na tabela 4, relativa à esquematização dos três primeiros lugares.

Já numa consideração mais qualitativa, pode-se pensar através dos estados de concentração de determinadas nacionalidades. No caso de alemães, seriam Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No caso de italianos, seriam São Paulo e Rio Grande do Sul. No caso de japoneses seria, indubitavelmente, o estado de São Paulo. Para povos eslavos, como poloneses, seu estado de concentração parece ser o Paraná. Por fim, os portugueses dirigiram-se em maior número relativo ao Rio de Janeiro.

Deve-se levar em consideração o fato de que tais regiões de concentração de determinadas imigrações podem ser superestimadas ou subestimadas pelo fato de não respeitarem os limites políticos estaduais. Tal questão é mais latente no caso de Minas Gerais, devido à sua extensão territorial.

Assim sendo, se se desconsidera a singularidade de São Paulo, pode-se pensar numa região Sul com São Paulo em coincidência com áreas de concentração de italianos e, quiçá, de alemães. Juntando-se as importâncias japonesa e espanhola, tal região poderia ser caracterizada, grosso modo, como uma região de menor imigração portuguesa - já desconsiderando a colonização açoriana. Leve-se em consideração que, apesar de São Paulo ter concentrado o maior número absoluto de portugueses, bem como de quase todas nacionalidades, os números relativos são menores: um pouco acima de um terço dos portugueses que vieram ao Brasil foram para São Paulo, enquanto dois terços de espanhóis e italianos que vieram ao Brasil foram para São Paulo. Um pouco acima da metade de "Alemães e outras nacionalidades" que vieram ao Brasil foram para São Paulo e praticamente a totalidade dos japoneses foram para São Paulo. Assim sendo, pode-se considerar a região de fala "sulista", de Nascentes, como uma região, grosso modo, de forte imigração não-portuguesa, sem estabelecer, contudo, qualquer correlação.

4.3 Contextualização sócio-econômica

Caio Prado Júnior, em "História Econômica do Brasil", ao avaliar a natureza da imigração no período imperial, em especial no reinado de Dom Pedro II, afirma que ela se insere dentro de um contexto maior de substituição do regime de trabalho, de escravocrata a assalariado (JÚNIOR, 1945).

Tal substituição do regime de trabalho encontra-se no bojo das mudanças institucionais e geopolíticas mais profundas que se sucederam à transferência da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, fato que posteriormente ajudaria a pavimentar o caminho de construção da Nação, diminuindo o caráter e a condição de Colônia.

Se, enquanto colônia, processava-se a uma exportação de gêneros tropicais à metrópole, agora, enquanto país independente, novas necessidades surgiam a partir da própria transferência da corte. Ao mesmo tempo, pairava no ar a certeza do fim do tráfico negreiro num futuro não muito distante.

Opera-se todo um processo que, por fim, tende a evidenciar as deficiências, tanto quantitativas quanto qualitativas, de um regime de trabalho servil em relação ao assalariado, em relação a adaptações vantajosas inseridas dentro de um contexto de modernização (JÚNIOR, 1945).

Wilson Cano, em "Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970", ao falar sobre a questão regional, afirma que esta surgiu com mais força a partir dos anos 1950, oriunda dos esforços da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), auxiliando na conscientização da população e notando, também, que as questões regionais não podem ser reduzidas a uma simples "disputa entre Estados" (CANO, 1985, p. 19).

Nesse sentido, a imigração "ampliou de modo considerável o mercado de bens de consumo corrente, aumentando as oportunidades de inversão em São Paulo" (CANO, 1985, p. 59). Em outras palavras, uma das conseqüências do processo imigratório foi o fortalecimento de um mercado consumidor interno, cuja dinamicidade tendia a favorecer possibilidades de investimento em ramos diversos, entre os quais o processo industrial.

Até fins do século XIX, a indústria brasileira apresentava um caráter descentralizado. As regiões eram pouco integradas entre si. As Minas Gerais encontravam-se em relativa decadência, após o auge da mineração. As porções mais meridionais produziam alguns gêneros alimentícios e exportavam-nos a regiões

cafeeiras e/ou escravistas, porém concorriam desproporcionalmente com o exterior. Já as regiões cafeeiras voltavam-se quase em sua totalidade ao exterior.

É com o processo de integração do mercado nacional que tal situação sofrerá mudanças. Em tal processo - tanto de desenvolvimento industrial quanto agrícola - saltou à frente o estado de São Paulo. À Primeira Guerra Mundial (1914-1918) iniciou-se um processo de conquista do mercado nacional que se estruturaria com mais veemência a partir dos anos 1930.

A estrutura era a seguinte: num contexto internacional de depressão, pós crise de 1929, não só as indústrias periféricas aumentaram suas dependências econômicas em relação às indústrias centrais, porém também estas precisaram importar mais matérias-primas e gêneros alimentícios daquelas. Tal processo ensaiava um caráter de integração econômica nacional (CANO, 1985, p. 59-61).

Já no que diz respeito ao caráter da estrutura de propriedade, nota-se relação entre esta e o porte das indústrias instaladas, ao menos no princípio. Assim no Extremo Sul, dotado de uma estrutura desconcentrada da propriedade, verificou-se a implantação de uma indústria diversificada, de pequenas e médias empresas. Este tipo de empresa também predominaria em Minas Gerais, tanto devido à estrutura da propriedade quanto à forte interiorização do estado.

Já na Guanabara as indústrias de grande porte foram predominantes, devido à concentração de capital comercial e financeiro ali encontrada, advinda da apropriação dos excedentes das regiões cafeeiras decadentes. São Paulo não se alinharia a nenhum desses dois extremos - pequeno ou grande porte - e a instalação de indústrias obedeceu mais pesadamente às "necessidades íntimas do capital e da tecnologia" (CANO, 1985, p. 64-65).

Após São Paulo, Minas Gerais apresentou, a partir da integração do mercado nacional, o maior crescimento industrial; este baseava-se em produtos alimentícios, gado vivo e, principalmente, produtos de metalurgia primária. O Sul como um todo expandiria sua agricultura mas não sua indústria, à exceção de Santa Catarina, no setor de malharias. Contudo, ressalta Cano, a não-expansão industrial não significa estagnação nem decadência (CANO, 1985, p. 69-70). Ao menos entre 1930 e 1950, não ocorre estagnação de nenhuma parcela da indústria periférica nacional.

Em relação ao regime militar (1964-1985) afirma que, no período, ampliou-se o caráter tecnocrático das tomadas de decisão, de natureza incriticável, posto que determina as respostas mais "eficientes e maximizadoras". Isto tem relação com as

observações de Renato Ortiz, sobre a natureza técnica e auto-justificável do aparelho estatal militar (CANO, 1985, p. 47).

4.3.1 PIBs estaduais

A escolha dos dados econômicos foi dificultada pela baixa disponibilidade de dados a nível estadual anteriores a 1950 - isto é, relacionados ao contexto econômico no momento da divisão de 1945 - e que tivessem se mantido contínuos desde então. Por essa razão, optou-se pela análise dos PIBs estaduais e dos censos industriais disponibilizados pelo IBGE.

Uma vez que se trata de analisar as divisões regionais de 1945 e 1969, torna-se interessante analisar, além dos dados disponíveis dos respectivos anos, os dados dos PIBs estaduais que, grosso modo, antecedem e sucedem ambos períodos, porque assim pode-se obter uma noção de uma característica econômica geral das UFs de análise.

No que tange ao ano de 1945, o ano antecedente com informações disponíveis mais próximo é 1939, enquanto o ano subsequente respectivo é 1947. Já para 1969 não há vazios: tem-se tanto 1968 quanto 1970. Além desses, são interessantes, também, os dados mais atuais e os dados mais próximos após o término do período do "milagre econômico" - que é 1975 - uma vez que, como mencionado por Ortiz, seguiu-se a esse período um enfoque estatal sobre a cultura.

Assim, a tabela 7 a seguir mostra as porcentagens de participação dos PIBs estaduais em relação ao total. O total deu-se em relação às UFs de interesse e não em relação ao Brasil.

Tabela 7 - Participação dos PIBs estaduais sobre o PIB total das UFs de interesse.

UF	1939	1947	1968	1969	1970	1975	2010
ES	1,57%	1,49%	1,61%	1,35%	1,49%	1,31%	3,03%
MG	12,52%	14,03%	12,50%	12,18%	9,96%	10,13%	12,96%
PR	2,89%	3,75%	7,65%	8,42%	5,21%	6,28%	8,02%
RJ	28,66%	25,10%	20,38%	20,02%	21,91%	20,07%	15,02%
RS	11,09%	10,56%	10,67%	10,66%	8,99%	8,88%	9,32%
SC	3,13%	4,04%	3,30%	3,35%	3,59%	3,77%	5,63%
SP	40,15%	41,03%	43,91%	44,02%	48,86%	49,56%	46,03%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Nota-se, num plano geral, a já conhecida e esperada liderança de São Paulo, com porcentagens sempre acima de 40%. Em segundo lugar o Rio de Janeiro, com nítida diminuição na participação (28,66% a 15,02%). Em terceiro lugar vem Minas Gerais, com porcentagens sempre acima de 10%, à exceção de 1970. Segue-se, em quarto lugar, o Rio Grande do Sul. O Espírito Santo é o menos expressivo. O penúltimo lugar pertence ao Paraná, em 1939 e 1947, e a Santa Catarina nos demais anos.

Nota-se, numa comparação entre os períodos 1939-1947 e 1968-1970, isto é, comparando-se os períodos compreendidos entre uma divisão regional e outra, que os maiores aumentos percentuais ocorreram no Paraná (+3,77%) e em São Paulo (+5%), enquanto as mais significativas diminuições percentuais couberam a Minas Gerais (-1,73%) e Rio de Janeiro (-6,11%). A diferença das médias entre os dois períodos pode ser vista na tabela 8 seguinte.

Tabela 8 - Diferença das médias entre os períodos 1939-1947 e 1968-1970.

UF	Média 1939-1947	Média 1968-1970	Diferença
ES	1,53%	1,48%	-0,05%
MG	13,27%	11,55%	-1,73%
PR	3,32%	7,09%	3,77%
RJ	26,88%	20,77%	-6,11%
RS	10,83%	10,11%	-0,72%
SC	3,58%	3,41%	-0,17%
SP	40,59%	45,59%	5,00%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

A tabela 8 indica, simultaneamente, uma perda das importâncias econômicas de MG e RJ e um aumento das importâncias econômicas de PR e SP, o que direciona à divisão de 1945. Adicionalmente, à criação da região Sudeste poderia corresponder uma intenção, subjetiva ou objetiva, de fazer preponderar o fator econômico - assim englobando MG, RJ e SP - o que, simultaneamente, reduziria alguma eventual força econômica associativa entre São Paulo e Paraná. Todavia, há de se ressaltar, tal como no tocante ao processo migratório, que São Paulo constitui uma UF à parte, devido à sua liderança praticamente inquestionável.

4.3.2 Censo industrial

Outro ponto de análise pode ser feito através do censo industrial, referente à produção industrial. Tomando-se os censos industriais de 1940, 1950, 1960 e 1970 pode-se auxiliar na perspectivação do período analisado, para as UFs que interessam. A tabela 9 a seguir mostra as participações percentuais da produção industrial de cada UF sobre a produção total das UFs analisadas.

Tabela 9 - Porcentagens da produção industrial por UF sobre produção total dessas UFs.

UF	1940	1950	1960	1970
ES	0,43%	0,75%	0,29%	0,65%
MG	7,64%	7,95%	6,62%	8,30%
PR	2,42%	3,56%	4,37%	3,98%
RJ	27,12%	23,58%	17,86%	16,23%
RS	11,08%	9,59%	7,90%	7,36%
SC	2,01%	2,50%	2,45%	2,73%
SP	49,30%	52,07%	60,51%	60,75%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Numa situação bastante similar, de 1940 a 1970, São Paulo passa de 49,30% em 1940 a notáveis 60,75% da produção industrial em 1970. Crescem também Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Diminuem as participações de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Na tabela 10 a seguir nota-se que praticamente toda a diminuição na participação de RJ e RS teve como contrapartida o aumento na participação de PR e SP.

Tabela 10 - Diferenças nas participações industriais das UFs.

UF	1940	1970	Diferença
ES	0,43%	0,65%	0,22%
MG	7,64%	8,30%	0,66%
PR	2,42%	3,98%	1,55%
RJ	27,12%	16,23%	-10,89%
RS	11,08%	7,36%	-3,73%
SC	2,01%	2,73%	0,72%
SP	49,30%	60,75%	11,46%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Nota-se que, no caso da produção industrial, semelhantemente ao PIB estadual, houve incremento na participação de Paraná e São Paulo. Por outro lado,

houve decréscimo na participação de Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os demais Estados - Espírito Santo, Minas Gerais e Santa Catarina - que tiveram decréscimos anteriormente, neste caso tiveram aumento. Segue tabela 11:

Tabela 11 - Diferenças percentuais entre o último período e o primeiro período, para os PIBs estaduais e as produções industriais estaduais.

UF	PIB UF	Produção industrial
ES	-0,05%	0,22%
MG	-1,73%	0,66%
PR	3,77%	1,55%
RJ	-6,11%	-10,89%
RS	-0,72%	-3,73%
SC	-0,17%	0,72%
SP	5,00%	11,46%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Sendo assim, à luz desta análise econômica, se se visualiza a relação inversa entre as participações de São Paulo e Rio de Janeiro pode-se falar que uma das motivações para o surgimento da região Sudeste foi de ordem econômica, ao unir o primeiro ao segundo maior PIB estadual e produtor industrial.

4.3.3 Populações estaduais

Optou-se por uma análise das populações das UF's de interesse, nos censos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 2010, verificando como ela se distribuiria entre as macrorregiões Leste e Sul, da divisão de 1945, e Sudeste e Sul, da divisão de 1969. Em seguida, buscou-se fazer o mesmo em relação à proporção de brancos, negros, amarelos e pardos nas UF's de interesse, desta vez segundo os censos de 1940, 1950, 1960 e 1980. O autor gostaria de ter analisado a evolução histórica do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) o que, contudo, não foi possível pela ausência de dados estaduais antigos. A tabela 12 a seguir mostra a população estadual das UF's de interesse, para determinados censos:

Tabela 12 - População estadual para censos selecionados.

UF	1940	1950	1960	1970	2010
Minas Gerais	6.763.368	7.782.188	9.960.040	11.645.095	19.597.330
Espírito Santo	790.149	957.238	1.418.348	1.617.857	3.514.952
Rio de Janeiro	3.611.998	4.674.645	6.709.891	9.110.324	15.989.929
São Paulo	7.180.316	9.134.423	12.974.699	17.958.693	41.262.199
Paraná	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.997.682	10.444.526
Santa Catarina	1.178.340	1.560.502	2.146.909	2.930.411	6.248.436
Rio Grande do Sul	3.320.689	4.164.821	5.448.823	6.755.458	10.693.929

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Nota-se que São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, ocupam os três primeiros lugares em matéria de população, em ordem decrescente, para todo o período analisado. O Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar, à exceção de 1970, em que é ultrapassado pelo Paraná. Os dois últimos lugares são ocupados, respectivamente, por Santa Catarina e Espírito Santo.

A partir da tabela anterior, agregou-se essas populações estaduais nas macrorregiões de análise, conforme tabela 13:

Tabela 13 - População das macrorregiões de análise.

Região	1940	1950	1960	1970	2010
Leste (1945)	11.165.515	13.414.071	18.088.279	22.373.276	39.102.211
Sul (1945)	12.915.621	16.975.293	24.866.806	34.642.244	68.649.090
Sudeste (1969)	18.345.831	22.548.494	31.062.978	40.331.969	80.364.410
Sul (1969)	5.735.305	7.840.870	11.892.107	16.683.551	27.386.891

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Nota-se, como já esperado, que a região Sudeste de 1969 apresenta a maior população, pelo fato de agregar as três UFs mais populosas. A discrepância populacional é mais acentuada na divisão de 1969 que na divisão de 1945, conforme tabela 14 a seguir:

Tabela 14 - Diferença da população entre as regiões das divisões de 1945 e 1969.

	1940	1950	1960	1970	2010
Divisão de 1945	1.750.106	3.561.222	6.778.527	12.268.968	29.546.879
Divisão de 1969	12.610.526	14.707.624	19.170.871	23.648.418	52.977.519

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Em matéria demográfica, nota-se um maior desequilíbrio populacional com a inserção de São Paulo juntamente ao Sudeste - muito apesar de que São Paulo, devido à parcela da população que exhibe, superestima notavelmente qualquer região em que estiver inserido. Inegável, contudo, que as discrepâncias populacionais entre as duas regiões analisadas, tanto em 1945 quanto em 1969, são mais acentuadas nesta do que naquela.

4.3.4 Cor ou raça, segundo o IBGE e considerações

O segundo ponto de análise diz respeito à composição de cor ou raça, segundo definições do IBGE. As tabelas a seguir exibem as distribuições de brancos, negros, amarelos e pardos, por unidade federativa, para os censos de 1940, 1950, 1960 e 1980. Em 1970 os dados relativos às cores não foram recolhidos. Doravante, o termo "cor" será utilizado para englobar "cor ou raça", apenas para simplificar a exposição. Uma eventual discussão sobre esses termos foge ao escopo deste trabalho.

Tabela 15 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em Minas Gerais.

UF	Censo	Brancos	Negros	Amarelos	Pardos	ND
MG	1940	61,25%	19,27%	0,03%	19,36%	0,08%
	1950	58,65%	14,56%	0,03%	27,21%	--
	1960	58,92%	12,05%	0,04%	29,06%	0,03%
	1980	57,31%	8,35%	0,09%	34,02%	0,23%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 16 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Espírito Santo.

UF	Censo	Brancos	Negros	Amarelos	Pardos	ND
ES	1940	61,54%	17,12%	0,01%	21,30%	0,03%
	1950	58,58%	11,89%	0,00%	29,41%	--
	1960	60,88%	11,52%	0,01%	27,55%	0,04%
	1980	54,12%	7,10%	0,04%	38,38%	0,36%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 17 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Rio de Janeiro.

UF	Censo	Brancos	Negros	Amarelos	Pardos	ND
RJ	1940	65,34%	16,43%	0,06%	17,98%	0,18%
	1950	64,90%	14,97%	0,08%	19,78%	--
	1960	65,88%	13,10%	0,10%	20,76%	0,16%
	1980	60,58%	10,79%	0,11%	27,96%	0,55%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 18 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em São Paulo.

UF	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
SP	1940	84,92%	7,30%	2,99%	4,70%	0,07%
	1950	85,64%	7,97%	3,03%	3,20%	--
	1960	82,70%	5,95%	2,79%	8,39%	0,17%
	1980	74,73%	4,60%	1,90%	18,42%	0,35%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 19 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Paraná.

UF	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
PR	1940	86,56%	4,89%	1,09%	7,39%	0,07%
	1950	86,26%	4,33%	1,86%	7,30%	--
	1960	83,44%	3,47%	2,03%	10,98%	0,07%
	1980	77,11%	2,60%	1,04%	18,95%	0,30%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 20 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) em Santa Catarina.

UF	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
SC	1940	94,44%	5,21%	0,00%	0,33%	0,01%
	1950	94,60%	3,65%	0,00%	1,52%	--
	1960	94,11%	2,95%	0,05%	2,87%	0,02%
	1980	91,44%	2,07%	0,07%	6,06%	0,36%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 21 - Distribuição de brancos, negros, amarelos, pardos e não-declarado (ND) no Rio Grande do Sul.

UF	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
RS	1940	88,66%	6,64%	0,03%	4,62%	0,05%
	1950	89,13%	5,22%	0,01%	5,43%	--
	1960	90,96%	4,60%	0,07%	4,36%	0,01%
	1980	87,16%	4,21%	0,08%	8,14%	0,41%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

As tabelas anteriores evidenciam que, em todas as unidades federativas analisadas, a proporção tanto de brancos quanto de negros era maior em 1940 e veio decrescendo ao longo do tempo. Paralelamente, a proporção de pardos atinge seu máximo em 1980.

Em relação a características locais, nota-se que a proporção de amarelos é acima de 1% apenas nos estados de São Paulo e Paraná, atingindo seu maior valor em São Paulo, para o censo de 1950, com 3,03%. A concentração da população de cor amarela nesses dois estados corrobora as informações vistas anteriormente nos números imigratórios.

A população de cor branca é mais bem representada em Santa Catarina, com porcentagens sempre acima de 90% e atingindo seu máximo em 1950, com 94,60%. A população de cor negra atingiu seu valor máximo em Minas Gerais, no censo de 1940, chegando a 19,27%. Por fim, a população parda atinge sua maior proporção no Espírito Santo, no censo de 1980, com 38,38%. A quantidade de não-declarados nunca ultrapassou 1%.

Analisando os dados a partir das regiões oficiais das divisões regionais de 1945 e 1969, é possível observar que a proporção de brancos é maior nos estados mais meridionais, diminuindo conforme se "sobe" no mapa. A maior proporção de brancos, em ordem decrescente, configura os estados da seguinte maneira: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo - ou, Espírito Santo e Minas Gerais, segundo os censos de 1940 e 1960. A população de cor amarela é muito pouco expressiva fora de São Paulo e Paraná. A população de cor negra, que também vem diminuindo ao longo do tempo, segue a seguinte ordem decrescente: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Rio

Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina - excetuando-se o censo de 1940, em que os três primeiros lugares são Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Por fim, segue a ordem da população parda, por estado: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina - a não ser em 1960, em que Minas Gerais apresenta maior população parda que o Espírito Santo.

As tabelas também mostram que, no período analisado, São Paulo possui distribuições mais próximas aos estados sulistas - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sua proporção de brancos é muito parecida com a do Paraná e mais próxima deste estado do que ao Rio de Janeiro, que é o próximo estado mais branco. A proporção de negros é similar à do Rio Grande do Sul e mais próxima deste estado do que ao Espírito Santo, que é o próximo estado mais negro. A proporção de pardos é similar à observada no Rio Grande do Sul, em 1940 e 1950, e similar à observada no Paraná em 1960 e 1980. E a proporção de amarelos encontra eco apenas no Paraná.

Fazendo um apanhado dessas distribuições relacionadas às regiões Leste e Sul, da divisão de 1945, e Sudeste e Sul, da divisão de 1969, tem-se as seguintes tabelas:

Tabela 22 - Distribuição de cores para a região Leste, da divisão regional de 1945.

Região	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
Leste	1940	62,60%	18,20%	0,04%	19,04%	0,11%
	1950	60,83%	14,53%	0,04%	24,75%	--
	1960	61,63%	12,40%	0,06%	25,88%	0,08%
	1980	58,45%	9,29%	0,09%	31,79%	0,38%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 23 - Distribuição de cores para a região Sul, da divisão regional de 1945.

Região	Censo	Branco	Negro	Amarelo	Pardo	ND
Sul	1940	86,91%	6,71%	1,77%	4,54%	0,06%
	1950	87,40%	6,44%	1,87%	4,11%	--
1945	1960	85,63%	4,97%	1,82%	7,48%	0,10%
	1980	78,71%	3,98%	1,28%	15,68%	0,35%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 24 - Distribuição de cores para a região Sudeste, da divisão regional de 1969.

Região	Censo	Branços	Negros	Amarelos	Pardos	ND
Sudeste	1940	71,37%	13,92%	1,20%	13,41%	0,07%
	1950	70,91%	11,87%	1,26%	16,00%	--
	1960	70,43%	9,71%	1,20%	18,58%	0,11%
	1980	66,33%	7,02%	0,97%	25,32%	0,31%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Tabela 25 - Distribuição de cores para a região Sul, da divisão regional de 1969.

Região	Censo	Branços	Negros	Amarelos	Pardos	ND
Sul	1940	89,40%	5,97%	0,25%	4,34%	0,05%
	1950	89,45%	4,67%	0,51%	5,16%	--
1969	1960	88,81%	3,89%	0,77%	6,49%	0,03%
	1980	83,95%	3,16%	0,46%	12,08%	0,36%

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE.

Conforme pode ser visto pela comparação entre regiões Leste e Sudeste e entre regiões Sul (1945) e Sul (1969), a análise da distribuição de cores entre as regiões mostra que a inserção de São Paulo na região Leste, criando assim a região Sudeste, levou a uma percepção embranqueadora de ambas regiões, em que as porcentagens de população branca na divisão de 1969 são sempre maiores. Em sentido contrário, há diminuição nas porcentagens de população negra, para todos os anos, e parda, para todos os anos, à exceção de 1950 na comparação entre as regiões Sul. A população de cor amarela, concentrada em São Paulo e Paraná, se distribui, em 1969, nas duas regiões: enquanto antes se concentrava quase completamente na região Sul (1945), com porcentagens inferiores a 0,1% na região Leste, com a divisão de 1969 passa a estar representada com porcentagens que vão de 0,25% a 1,26%.

Uma vez que as características de São Paulo são conhecidas, tais resultados já eram esperados. Como a distribuição de cores paulista é mais próxima às da atual região Sul, o deslocamento desse estado em direção a uma nova região Sudeste - considerando sua população, que é a maior do Brasil - levaria, sem dúvida, a um branqueamento da população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos dialetos, em especial com o mapa de Antenor Nascentes e os atlas geolingüísticos, demonstrou que a região Sul da divisão de 1945, com os falares caipira e gaúcho, possui maior correspondência interna em relação à região Sudeste da divisão de 1969, com os falares baiano, fluminense, mineiro e caipira.

O estudo do processo imigratório demonstrou que a divisão de 1945 apresenta características mais homogêneas em seu interior, levando-se em consideração o caráter qualitativo da imigração, isto é, a região Sul de 1945 é o grande foco de imigração não portuguesa. Todavia, deve-se ressaltar o caráter excepcional e distintivo do estado de São Paulo, que recebeu 57% de toda imigração ao Brasil do período.

A contextualização econômica evidenciou como o aspecto imigratório influenciou o aspecto econômico. A análise deste mostrou um fluxo inverso entre o crescimento tanto do PIB quanto da produção industrial de São Paulo e Rio de Janeiro. A perda de um (-6,11% e -10,89% para o Rio de Janeiro) implicou, em grande medida, o ganho de outro (+5% e +11,46% para São Paulo); considerando-se, também, que essa relação inversa se deu na época da instituição da divisão regional de 1969.

A análise de um aspecto social, através da população, demonstrou que a discrepância populacional entre as regiões era menor na divisão de 1945, ou seja, havia maior equilíbrio populacional. No que tange à distribuição de cores, viu-se que São Paulo está mais aparentado à região Sul atual.

Isso posto, pode-se compreender a divisão regional de 1969 como uma conjunção de fatores, sem estabelecer ordens de importância. Um desses fatores seria a extensão da tradição brasilianista de Sílvio Romero, posteriormente revisitada por Gilberto Freyre. Nesse pensamento, existe a visão de um "Brasil cadinho", formado exclusivamente pela confluência dos elementos branco, negro e indígena, o que pode subestimar a relevância das ondas imigratórias iniciadas no século XIX para a formação de determinadas regiões do Brasil.

Este fator, calcado na tradição sociológica luso-brasileira, encontraria eco na necessidade de justificação do poder por parte do regime militar, especialmente através da doutrina da Segurança Nacional. A visualização de um Brasil estritamente formado a partir do chamado "mito das três raças" vem ao encontro da orientação autoritária de um regime que buscava reprimir manifestações internas de dissensão,

através da equivalência entre político e política, nação e Estado, cultura local e cultura nacional.

A isto vêm se juntar as necessidades e as orientações de natureza econômica. Os desenvolvimentos teóricos no meio geográfico impunham uma preponderância a uma visão mais pragmática e voltada ao planejamento estatal. Aqui, a teoria geográfica vem ao encontro da imagem "técnica" que o regime militar quis formar, em especial a reforma administrativa a partir do decreto-lei 200 de 1967, além das interferências em âmbito cultural bem sumarizadas pelo *slogan* "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Assim, a mudança na localização de São Paulo na divisão de 1969 bebeu de diversas fontes. A ideologia do regime militar apontava à fomentação de uma cultura nacional, por sua vez baseada na tradição sociológica iniciada por Sílvio Romero. As mudanças metodológicas na Geografia, a partir da utilização de métodos estatísticos e matemáticos, de caráter pragmático, assim como a compreensão, a partir da obra "Subsídios à regionalização" de 1968, de que as atividades terciárias e urbano-industriais deveriam ser um dos pontos-chave, indicaria um alinhamento entre os dois estados mais economicamente pujantes e urbano-industriais: São Paulo e Rio de Janeiro. A situação verificada a partir dos PIBs estaduais e dos censos industriais estaduais vem corroborar essa idéia. De 1940 a 1970, o crescimento percentual mostrado por São Paulo praticamente corresponde à diminuição percentual mostrada pelo Rio de Janeiro.

Assim, torna-se possível afirmar a existência de lógicas de pendor sociológico (relativo à tradição brasilianista), econômico (relativo à preponderância econômico-industrial de São Paulo) e geográfico (relativo às mudanças metodológicas).

A análise das demografias das regiões ajuda nessa investigação. São Paulo, devido à descomunal população, tende a desequilibrar a região em que for inserido. Contudo, esse desequilíbrio era menor na divisão de 1945. Nesse sentido, a divisão de 1969 pode também ter levado em consideração o peso demográfico na agregação de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que já eram e continuam sendo os três estados mais populosos do Brasil. O Sudeste, assim, concentra a maioria populacional, o que potencialmente ajuda a encobrir as divergências intra-regionais de ordem cultural, relacionadas aos dialetos da região e às populações imigratórias.

As macrorregiões homogêneas de 1969 são definidas pela "combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos". Neste trabalho, os aspectos naturais não

foram analisados, de forma que nada é possível dizer sobre ele. Em relação aos aspectos sociais aqui escolhidos, populações brutas e distribuição em cores, é possível dizer, dentro das considerações aqui estabelecidas, que as macrorregiões Leste e Sul de 1945 apresentavam maior homogeneidade em relação aos Sudeste e Sul de 1969.

Consideração oposta pode ser dita em relação aos aspectos econômicos. Apesar de que a participação econômica do Rio de Janeiro estava decrescendo quase à mesma medida do crescimento de São Paulo, escusado dizer que esses se constituem nos dois estados mais economicamente pujantes, seguidos por Minas Gerais - contudo, em 1940 o terceiro colocado era o Rio Grande do Sul. Assim, dentro dos limites do que aqui foi definido, existe maior homogeneidade econômica na divisão de 1969.

A análise dos dialetos e da imigração não parece ter sido levada em consideração pelo IBGE, nem em 1969 nem em 1945. Dessa forma, não é possível afirmar que as divisões regionais negligenciaram tais fatores porque, até onde parece, nunca se dispuseram a considerá-los definidores macrorregionais. Contudo, os resultados evidenciam uma aproximação macrorregional dialetal, imigratória e em distribuição de cores mais latente na divisão de 1945.

Em sendo os aspectos econômicos importantes na divisão de 1969, pode-se falar em uma intenção, voluntária ou não, calcada no desempenho econômico de três das quatro UFs que fazem parte do Sudeste, excetuando-se o Espírito Santo. Esta aproximação econômica, por sua vez, acaba por dialogar com os demais fatores. Ao oficializar a região Sudeste, o regime militar resolve múltiplas contradições ao mesmo tempo. A maioria populacional verificada agora no Sudeste se relaciona ao mito das três raças. A população de São Paulo se torna "mais parda e negra", enquanto a população dos outros três estados se torna "mais branca", ajudando a encobrir possíveis focos de conflito. Ao mesmo tempo, vem ao encontro da segurança nacional e sua visão do povo brasileiro como um só, homogêneo e indivisível.

Simultaneamente, ocorre uma desaproximação entre São Paulo e a região Sul. A criação do Sudeste não apenas centraliza as zonas econômicas, mas também demográficas e sociais. As filiações dialetais e imigratórias se tornam menos nítidas. A análise dialetal mostrou que a vinculação mais próxima de São Paulo se dá com o Paraná. Já a análise imigratória mostrou que São Paulo mais o Sul pode ser considerado, como um todo, uma região de forte imigração não-portuguesa. Voltando

à doutrina da segurança nacional, é possível falar também em uma separação intencional da região Sul, a fim de afirmar a soberania do Estado sobre o território e evitar focos de tensões separatistas, comuns no passado e que seriam contrários à integridade territorial nacional.

Vêm ao encontro as observações de De Leon Petta Gomes da Costa que, em "São Paulo: Brazil's Geopolitical Anchor of Resistance", analisa a história do Brasil, dizendo que São Paulo sempre demonstrou certo questionamento em relação às políticas das instituições que o governaram. Primeiramente em relação à Coroa portuguesa e aos governos coloniais, depois em relação aos governos brasileiros e federais.

Assim, em termos geopolíticos, São Paulo atua no sentido de "bloquear a integração nacional total da região", segregando as porções meridionais do país em relação ao "sentimento de integração nacional." (COSTA, 2017, p. 84). No entendimento do autor, seria inclusive possível compreender muitos eventos da história brasileira através dessa "inclinação" para a insubordinação de São Paulo, que seria um "...comportamento cultural ligado ao desenvolvimento histórico da região" (COSTA, 2017, p. 88)

A evolução histórica de São Paulo, juntamente ao caráter da geografia brasileira, segundo o autor, criou uma "espécie de divisão crítica na geografia política (...) que influenciou sentimentos separatistas no Sul do Brasil. (COSTA, 2017, p. 89). São Paulo bloqueia o Sul de uma maior coesão nacional:

Due to its economic and politic pursuit of relative autonomy from central government, the state of São Paulo created a geopolitical barrier between the south and the rest of the country that has promoted southern separatist aspirations. São Paulo unconsciously operated to block the country's regional integration efforts when those were aimed toward the south. (...)

If it is a fact that on one side São Paulo functions as a geopolitical buffer, blocking the South from a stronger national cohesion, then the other side is also true - a failed São Paulo would probably wreck all of Brazil. (COSTA, 2017, p. 90-92)

A figura 15 a seguir evidencia as zonas de influências geopolíticas paulista e federal, segundo o autor.

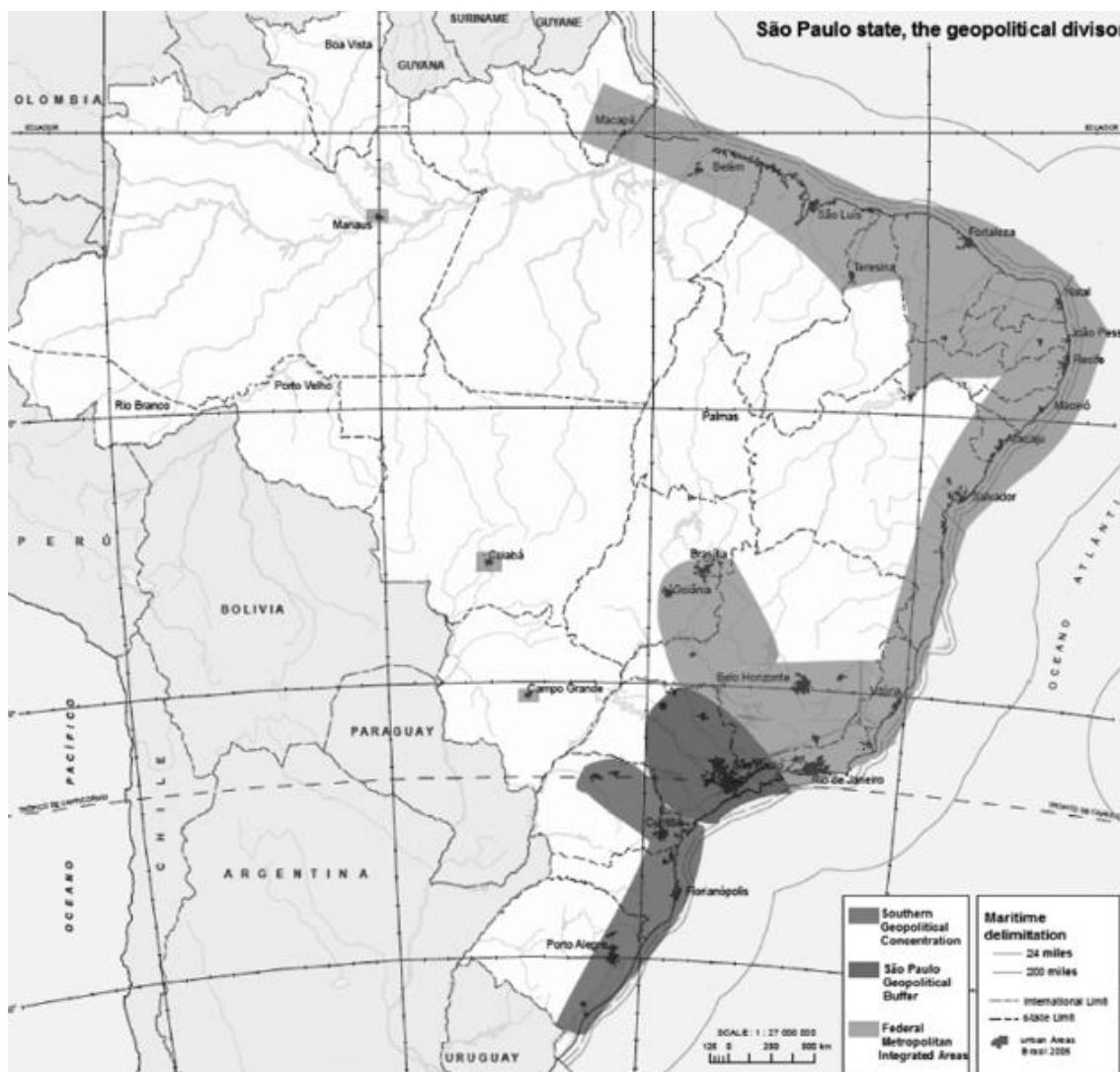


Figura 15 - Zona integrada ao governo federal (cinza claro) e zona de concentração geopolítica meridional (cinza escuro).

Fonte: COSTA, 2017, p. 92.

O mapa esboçado por Costa vem ao encontro das exposições deste trabalho. Existem fatores históricos e culturais que acabam por influenciar a apreensão e a construção da realidade social. Neste ponto, é possível retornar à idéia de reinterpretação simbólica expressa por ORTIZ (1985). A zona sulista da figura 15 se relaciona à região Sul na divisão de 1945 - como vista na figura 1 - à figura 2, relativa à máxima expansão da capitania de São Paulo e à figura 13, de concentração de *oriundi*.

Pode-se afirmar, assim, a existência de uma **confluência** de fatores, ainda que não perfeitamente e comportando exceções: a origem menos portuguesa da imigração (o que não significa dizer irrelevância dessa nacionalidade), a presença do "r caipira" (mais comum em São Paulo e Paraná, porém presente em todos estados do Sul) e a origem histórica ligada à "insubordinação paulista", que encontra eco

também no bandeirismo e na geopolítica da região Sul. Tais fatores tenderam, assim, a conflitar com a doutrina da segurança nacional (à medida que São Paulo estimula sentimentos separatistas no Sul) e com o mito das três raças (à medida que a população da região é embranquecida, a partir da imigração).

Por fim, espera-se, com este trabalho, contribuir para uma abordagem multidisciplinar no âmbito das Ciências Econômicas, que se constituem numa faceta das Ciências Sociais e de cuja análise são inseparáveis os aspectos políticos, sociais, históricos, institucionais, entre outros. Ao mesmo tempo, espera-se contribuir à possibilidade de interpretação, reflexão e construção de país para o futuro.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, L. **Diversidade étnica das imigrações europeias**. Disponível em: http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/imigracao_europeia.pdf. Acesso em: 26 nov. 2017.
- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao12/pdfs/dialeto.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- ANJOS, S.F. **Dois textos precursores dos estudos dialetais brasileiros: o dialeto caipira e o linguajar carioca**. Disponível em: http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/23/TDE-2010-08-23T090356Z-2603/Publico/Dissertacao%20da%20Silvana.pdf
- ARAGÃO, M.S.S. **OS ESTUDOS DIALETAIS E GEOLINGÜÍSTICOS NO BRASIL**. Disponível em: <http://www.lingv.ro/RRL%201-2%202008%20Silva%20de%20Aragao.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO. **Base de dados da imigração italiana**. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/italianos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução de C. A. Medeiros. Jorge Zahar Editora. 2012.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001, tradução 2010. 299 p.
- BIONDI, L. **Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/art-02-associativismo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- BOTELHO, T. R.; BRAGA, M. P.; ANDRADE, C. V. **Imigração e família em Minas Gerais no final do século XIX**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a09v2754.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- BRANDÃO, S. F. **Nas trilhas do R retroflexo**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4448/5073>. Acesso em: 20 set. 2017.
- CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: http://www.labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/7_Caminhos_da_ImigracaoItaliana_No_RS-cronicas_21_a_30.pdf. Acesso em: 22 nov. 2017.
- CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=_ahbX3panwIC&oi=fnd&pg=PA9&dq=concentra%C3%A7%C3%A3o+industrial&ots=EGda29K4IA&sig=U8QMbCCdZeqfpnx83iuQRFPMhM#v=onepage&q=concentra%C3%A7%C3%A3o%20industrial&f=false. Acesso em: 7 jul. 2018.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/280428/1/Cano_Wilson_D.pdf. Acesso em: 8 jan. 2018.

CÁNOVAS, M. D. K. **A GRANDE IMIGRAÇÃO EUROPÉIA PARA O BRASIL E O IMIGRANTE ESPANHOL NO CENÁRIO DA CAFEICULTURA PAULISTA: ASPECTOS DE UMA (IN)VISIBILIDADE.** Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11303/6417>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CÁNOVAS, M. D. K. **Imigrantes espanhóis na Paulicéia.** Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08112007-161310/pt-br.php>. Acesso em: 22 nov. 2017.

CARDOSO, S.A.M. **Dialectologia no Brasil: perspectivas.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v15nspe/4018.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

CASTRO, V.S. **Resistência de traços do dialeto caipira.** Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270462/1/Castro_VandersiSant%27Ana_D.pdf. Acesso em: 8 set. 2017.

_____. **Revisitando Amadeu Amaral.** Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/715.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.

CAVALIERE, R. **Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes.** Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/850.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

Censo de 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

Censo de 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

Censo de 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_br.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

Censo de 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Censo de 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n1_br.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

CONTEL, F.B. **As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990).** Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/990>. Acesso em: 10 fev. 2018.

COSTA, D.L.P.G. **São Paulo: Brazil's geopolitical anchor of resistance.** Disponível em: <https://www.pdf-archive.com/2018/01/23/towards-new-political-geography-chapter-7/towards-new-political-geography-chapter-7.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

DADALTO, M.C. **O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído?** Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/03/07.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DIAS, V.M. **Imigrantes espanhóis em Santos, 1880-1920.** Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/nmlogs/log/2008000b.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

DI LORENZO, A.L. - **"Italianos em Taubaté: O Núcleo Colonial do Quiririm, 1890/1920".** 2002. 65 folhas. Dissertação (Mestrado em História Econômica) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2002. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12680951/italianos-em-taubate-o-nucleo-colonial-do-quiririm-raquel-glezer>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FERREIRA, L.C. **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997. 140 p.

GARCÍA, J.L. **Antropología del territorio**. Madrid: Taller de ediciones Josefina Betancor, 1976. 350 p.

GARCÍA, M. A. **Immigrazione italiana nell' America del Sud**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/it/document/view/14929177/italiani-sudamericapdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

GIANNASI, C. A. **A doutrina de Segurança Nacional e o "milagre econômico" (1969/1973)**. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092011-170055/pt-br.php>. Acesso em: 30 set. 2018.

GUIMARÃES, E. **Enunciação e política de línguas no Brasil**. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/download/11897/7319>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GREGORY, V. **Zur deutschen Einwanderung in Brasilien**. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/10985-1442-1-30.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2017.

IBGE. **Subsídios à regionalização**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82253.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.

IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 25 mai. 2018.

ITENETS. **ITALIANI IN BRASILE**. Disponível em: http://www.aclifai.it/userfiles/Gli_italiani_in_Brasile.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

ITALIANI NEL MONDO. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080227022729/http://www.migranti.torino.it/Documenti%20%20PDF/italianial%20ster05.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

JUNIOR, C.P. **História Econômica do Brasil**. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Prado%20Jr,%20Caio/Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. Disponível em: https://pedropeixotoferreira.files.wordpress.com/2010/03/laplantine_aprender-antropologia.pdf. Acesso em: 21 mar. 2018.

LESSA, C. **Os lusíadas na aventura do Rio moderno**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=QPDe42CBSeMC&printsec=frontcover&dq=presen%C3%A7a+lusa+rio+de+janeiro&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjfYNHO_rPbAhVCh5AKHVOoCdEQ6AEISDAH#v=onepage&q=presen%C3%A7a%20lusa%20rio%20de%20janeiro&f=false. Acesso em: 31 mai. 2018.

LEVY, M. S. F. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

LIBÓRIO, D.; SALVAN, A.P.H. **Antropologia e cultura**. Disponível em: https://fiam-faam.blackboard.com/bbcswebdav/institution/laureate/conteudos/antropologia/ebook/antropologia_cultura_unidade_3.pdf. Acesso em: 21 mar. 2018.

MAGNAGO, A.A. **A divisão regional brasileira: uma revisão bibliográfica**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1995_v57_n4.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

MARTINS, E. F. **Atlas lingüístico do Estado de Minas Gerais: o princípio da uniformidade da mudança lingüística nas características fonéticas do português mineiro**. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_7_atlas_linguistico_do_estado_de_minas_gerais.pdf. Acesso em: 28 set. 2017.

MARTINS, J.S. **A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18605/20668>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MATTOS, T.; MEDEIROS, V. **O linguajar carioca anos 1920**. Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5688/5296>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MONSMA, K. **Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a01v53n3.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

NASCENTES, A. **O linguajar carioca**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 148 p.

PEREIRA, L.C.B. **Origens étnicas e sociais do empresário paulista**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v4n11/v4n11a02.pdf>. Acesso em: 27 set. 2017.

PERIDES, P.P. **A divisão regional do Brasil de 1968: propostas e problemas**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/download/53682/57645>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PERTILE, M.T. **O TALIAN ENTRE O ITALIANO-PADRÃO E O PORTUGUÊS BRASILEIRO: MANUTENÇÃO E SUBSTITUIÇÃO LINGÜÍSTICA NO ALTO URUGUAI GAÚCHO**. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18345/000725735.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 nov. 2017.

PORTA, V.E. **A imigração espanhola em Franca-SP**. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/vanessa.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. Disponível em:

http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf. Acesso em: 26 set. 2017.

ROCHA, P.G. **O sistema de tratamento do português de Florianópolis: um estudo sincrônico.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100414/313879.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21 mar. 2018.

SAKURAI, C. **Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil.** Disponível em: www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28168/29979. Acesso em: 26 nov. 2017.

SANTOS, M.O. **Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha.** Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/miriam%20de%20oliveira%20santos.pdf. Acesso em: 22 nov. 2017.

SÃO PAULO NOS TEMPOS COLONIAIS. Disponível em: www.journals.usp.br/revhistoria/article/download/36443/39166. Acesso em: 22 nov. 2017.

SCHWARTZMAN, S. **Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil.** Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/375c/c502029b2e57481515d99b0a2eb062d1706e.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

SEYFERTH, G. **A dimensão cultural da imigração.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n77/07.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.

SEYFERTH, G. **Colonização, imigração e questão racial no Brasil.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/33192/35930>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SILVA, R. V. M. **Orientações atuais da lingüística histórica brasileira.** Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/2873/1/4014.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, S.A. **O planejamento regional brasileiro pós-Constituição Federal de 1988:**

instituições, políticas e atores. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13012015-190859/publico/2014_SimoneAffonsoDaSilva_VOrig.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Divisão Regional Brasileira: considerações acerca de seus fundamentos.** Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaregional/06.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. **Regionalização do Brasil: uma análise comparativa entre as propostas do IBGE, Roberto Lobato Corrêa e Milton Santos e Maria Laura Silveira.** 2010. 102 p. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. **REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO ROBERTO LOBATO CORRÊA.** Disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/abril2013/geografia_artigos/tres_brasis_lobato_correa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. **Regionalizações do Espaço Brasileiro**. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

SIRIANI, S.C.L. **Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX - aspectos políticos**. Disponível em: www.periodicos.usp.br/alb/article/download/11621/13390. Acesso em: 26 nov. 2017.

SUZUKI, T. **A imigração japonesa para o Brasil**. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/72056/75297>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TEIXEIRA, M. E. **Ser italiano em São João del-Rey (1888-1914)**. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2011/01/Mariana-Eliane-Teixeira1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

_____. **ESPAÇOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE ITALIANA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS**. Disponível em: <https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/753/650>. Acesso em: 22 nov. 2017.

TRENTO, A. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&id=ncc7WLAXlmQC&q=P%C3%A1gina+0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 1 jun. 2018.

VIEIRA, M. M. **Para um estudo das influências fonológicas do italiano no português falado na cidade de São Paulo**. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8148/tde-30092011-111755/publico/2010_MarcilioMeloVieira.pdf. Acesso em: 24 nov. 2017.

ZANINI, M.C.C. **Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v13n2/09.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.